

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



**PROBLEMAS URBANOS LEVANTADOS PELA TRANSIÇÃO DO
PARQUE EXPO PARA O MUNÍCIPIO DE LISBOA**

João Miguel dos Santos Gonçalves

Relatório de estágio orientado pelo Prof. Doutor Mário Vale

Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo, Especialidade em
Ordenamento do Território e Urbanismo

2018

UNIVERSIDADE DE LISBOA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



**PROBLEMAS URBANOS LEVANTADOS PELA TRANSIÇÃO DO
PARQUE EXPO PARA O MUNÍCIPIO DE LISBOA**

João Miguel dos Santos Gonçalves

Relatório de estágio orientado pelo Prof. Doutor Mário Vale

Júri:

Presidente: Professora Doutora Maria Teresa Mendes Almeida Alves Pereira,
Professora Associada com Agregação do Instituto de Geografia e Ordenamento do
Território da Universidade de Lisboa;

Vogais:

- Professor Doutor Jorge Manuel Gonçalves, Professor Auxiliar do Instituto Superior
Técnico da Universidade de Lisboa

- Professor Doutor Mário Adriano Ferreira do Vale, Professor Catedrático do Instituto
de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

Agradecimentos

Um agradecimento à Câmara Municipal de Lisboa, ao Departamento de Unidade de Intervenção Territorial Oriental de Lisboa, aos seus funcionários e técnicos que me acolheram da melhor maneira e que me disponibilizaram documentos e informações contribuindo assim para a realização do presente relatório.

Ao Professor Doutor Mário Vale, orientador do presente relatório, pela ajuda e pelos conhecimentos transmitidos.

Um agradecimento também aos meus amigos pelo apoio e ajuda que me deram em alguns momentos.

Por fim, um agradecimento muito especial à minha família.

Resumo

O surgimento dos problemas urbanos nos espaços públicos são o resultado de uma má usufruição ou utilização por parte das pessoas. As repercussões destes problemas podem ter diferentes efeitos pois dependem da origem e dos contextos territoriais em que emergem. Os processos de Gestão Urbana devem assumir um papel importante na resolução dos problemas urbanos nas cidades, de forma a poder contribuir para um sistema territorial equilibrado e articulado e para uma melhor qualidade de vida urbana. O território oriental da cidade de Lisboa apresentava até meados da década de 90, um estado de crescente declínio industrial e problemas ambientais, pelo que surgiu a necessidade de mudar esta situação. A escolha da cidade de Lisboa para ser o palco de um grande evento mundial, foi encarado como uma oportunidade para implementar um projeto de Regeneração Urbana, tendo em conta a atribuição de novos usos e funções para um território decadente. O desafio da Expo 98 era de não seguir a experiência de Sevilha 92 e neste sentido o seu projeto urbanístico foi pensado para uma utilização do território a longo prazo ao integrar sobretudo a função residencial e a instalação de um conjunto diversificado de serviços sociais, atividades económicas e comerciais. A implementação do projeto urbanístico permitiu oferecer à cidade de Lisboa um novo território constituído por espaços públicos dotado de infraestruturas e equipamentos de elevada qualidade. A Parque Expo, para além de ter sido a entidade organizadora da exposição, encarregou-se também pela gestão do território da Expo 98, posteriormente designado de Parque das Nações até 2012, ano em que o estado português decide proceder à sua extinção. O município de Lisboa passou assim a assumir as competências de gestão territorial. A elevada usufruição do território e a forte pressão urbanística permitiu que começasse a surgir uma crescente degradação devido à ausência de uma manutenção e gestão urbana contínua do território. Os problemas urbanos no Parque das Nações começaram a intensificar-se nos últimos anos e atualmente os desafios para o território do Parque das Nações prendem-se com a necessidade de implementar um modelo de gestão urbana adequado e capaz de atender aos problemas e carências atuais, evitando que o território entre em declínio.

Palavras-chave: Problemas Urbanos, Espaços Públicos, Gestão Urbana, Parque das Nações, Município de Lisboa

Abstract

The rise of urban problems in open spaces is a direct consequence from the bad usage from the people. The repercussions of this problems can have tremendous effect since they are dependent from the origins and territorial contexts that they emerge from. Urban management processes should take a key role on the resolution of city urban problems, so that they contribute for a balanced and articulated territorial system and a better urban lifestyle quality. Till the mid of the 90's, the eastern territory of the city of Lisbon showed signs of industrial decline and environmental problems, for which there was a need to reverse this trend. The choice of Lisbon to be the stage of one of the world greatest stages was faced as an opportunity to implement a program of Urban regeneration, considering the need to requalify new usages and functionalities for a declining territory. The challenge of Expo 98 could not follow the path of Sevilla 92 and in this sense the urbanistic plan was thought as a long-term commitment to integrate mainly residential activities and the installment of a diverse set of services as economical and commercial activities. The implementation of the planned urban project allowed the city of Lisbon to provide a new urban space with public spaces built with infrastructural and equipment's of high quality. *Parque Expo*, besides being the entity in charge of organization of Expo 98, was also tasked with the management of the space till its extinction in 2012 by the Portuguese government, which by the time had its name changed to *Parque das Nações*. The *Município* of Lisbon was then tasked with the territorial management of these area. The growing usage of the area and the strong urbanistic pressure caused the surge of degradation of the space, mainly caused by the lack of urban management maintenance of the territory at hand. The urban problems of *Parque das Nações* started to intensify in the previous years and currently the challenges of the territory are due from the necessity of an urban management model that is adequate and capable of answering the problems and current needs, avoiding the territorial decline.

Key-words: Urban Problems, Open spaces, Urban Management, *Parque das Nações*, *Município de Lisboa*

Índice Geral

Agradecimentos.....	4
Resumo	5
Abstract	6
Siglas e Acrónimos.....	12
Contextualização e Objetivos do Estágio	14
Introdução	16
Metodologia de Trabalho	17
1. Contextualização Teórica	19
1.1 Territórios obsoletos, uma oportunidade para a Regeneração Urbana	19
1.1.1 Conceito de Regeneração Urbana	19
1.2 Problemas Urbanos em Espaços Públicos	23
1.2.1 Conceito de Problemas Urbanos.....	23
1.2.2 Conceito de Espaços Públicos	24
1.2.3 Problemas Urbanos VS Espaços Públicos.....	26
1.3 A necessidade da Gestão Urbana para uma melhor qualidade de vida.....	28
1.3.1 Conceito de Gestão Urbana	28
1.3.2 Conceito de Qualidade de Vida Urbana	30
1.3.3 Gestão Urbana VS Qualidade de Vida Urbana	31
2. Uma visão urbanística sobre as memórias da Expo 98	33
2.1 Enquadramento geográfico e territorial da área oriental de Lisboa	33
2.2 Expo 98: A emergência de um novo território para Lisboa	37
2.3 Expo 98: O evento e o projeto urbanístico	38
3. A Fase de Transição: mudança de contextos e transferência de competências	44
3.1 Da Expo 98 ao Parque das Nações.....	44
3.2 Da Parque Expo ao Município de Lisboa: a evolução da gestão urbana	48
4. Parque das Nações: Uma perspetiva atual dos problemas urbanos.....	53
4.1 Levantamento dos problemas urbanos	53
4.2 Definição e identificação espacial dos problemas urbanos.....	82
5. Os agentes territoriais: a análise de diferentes perspetivas	93
5.1 A visão da população residente	93

5.2 A visão da associação local	95
5.3 A visão da administração pública local	97
6. Considerações Finais	101
Referências Bibliográficas.....	105
Anexos	114

Índice de Figuras

Figura 1. Enquadramento territorial da área de estudo.....	34
Figura 2. Vista aérea do Parque das Nações antes de ser intervencionado.....	36
Figura 3. Vista aérea do Parque das Nações depois da intervenção urbana.....	36
Figura 4. Danificação dos passadiços em madeira no Parque Tejo.....	55
Figura 5. Deterioração dos passadiços em madeira na Alameda dos Oceanos (Zona Sul).....	55
Figura 6. Danificação do pavimento em betão na Alameda dos Oceanos.....	56
Figura 7. Passeio em estado de degradação na zona sul do Parque das Nações.....	56
Figura 8. Mau estado da arborização na Alameda dos Oceanos.....	57
Figura 9. Falta de manutenção das antigas áreas de estacionamento.....	57
Figura 10. Existência de vandalismo junto à Gare do Oriente.....	58
Figura 11. Existência de grandes coberturas de folha caduca.....	59
Figura 12. Existência de queda de folha caduca em algumas zonas de lazer.....	60
Figura 13. Acumulação de lixo no jardim Parque Tejo.....	60
Figura 14. Falta de manutenção dos espaços verdes na Alameda dos Oceanos (Zona Norte).....	61
Figura 15. Mau estado dos espaços verdes no Jardim do Cabeço das Rolas.....	62
Figura 16. Existência de vegetação em altura no Jardim do Cabeço das Rolas.....	63
Figura 17. Degradação dos Jardins Suspensos.....	64
Figura 18. Degradação do terceiro talhão do Jardim Garcia de Horta.....	64
Figura 19. Mau estado dos espaços verdes junto ao Rio Tejo.....	65
Figura 20. Existência de lamas sedimentadas na margem do Rio Tejo.....	67
Figura 21. Estado de degradação do <i>skate park</i> no Parque Tejo.....	68
Figura 22. Degradação dos sistemas de vulcões e sua envolvência.....	69
Figura 23. Danificação dos postes de iluminação no Parque Tejo.....	70
Figura 24. Danificação da sinalética rodoviária.....	70
Figura 25. Inexistência de sinalética de informação sobre a obra de arte e também falta de peças.....	71
Figura 26. Painéis de publicidade degradados junto ao Casino de Lisboa.....	71

Figura 27. Existência de mobiliário urbano vandalizado e degradado.....	72
Figura 28. Existência de pilaretes danificados.....	73
Figura 29. Estado de degradação das caleiras de águas pluviais.....	74
Figura 30. Infraestruturas da ETAR de Beirolas.....	75
Figura 31. Vandalismo e grafiti nos pilares da Ponte Vasco da Gama.....	76
Figura 32. Existência de estacionamento abusivo junto ao Altice Arena.....	77
Figura 33. Estacionamento abusivo na Alameda dos Oceanos.....	77
Figura 34. Construção de prédios numa das principais artérias do Parque das Nações.....	79
Figura 35. Complexo temporário para instalação de serviços públicos.....	80
Figura 36. Vazio urbano no Parque das Nações.....	81
Figura 37. Espaço abandonado junto à FIL.....	82
Figura 38. Problemas Urbanos no Parque das Nações – Zona Norte.....	83
Figura 39. Problemas Urbanos no Parque das Nações – Zona Centro.....	84
Figura 40. Problemas Urbanos no Parque das Nações – Zona Sul.....	85
Figura 41. Intervenções no Parque das Nações – Zona Norte.....	87
Figura 42. Intervenções no Parque das Nações – Zona Centro.....	88
Figura 43. Intervenções no Parque das Nações – Zona Sul.....	89
Figura 44. Problemas Urbanos no Parque das Nações.....	91
Figura 45. Intervenções no Parque das Nações.....	92

Siglas e Acrónimos

AMCPN – Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações

BIE – Bureau International des Expositions

CML – Câmara Municipal de Lisboa

DGOTDU – Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

EP – Espaços Públicos

GU – Gestão Urbana

JFPN – Junta de Freguesia do Parque das Nações

PDM – Plano Diretor Municipal

PN – Parque das Nações

PP – Plano de Pormenor

PU – Plano de Urbanização

QVU – Qualidade de Vida Urbana

RU – Regeneração Urbana

UIT – Unidade de Intervenção Territorial

UITOR – Unidade de Intervenção Territorial Oriental

ZI – Zona de Intervenção

Contextualização e Objetivos do Estágio

Contextualização Disciplinar

No âmbito do mestrado em Gestão do Território e Urbanismo do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) – da Universidade de Lisboa, é de cariz disciplinar a elaboração de uma tese de investigação ou de um relatório de estágio onde seja possível uma avaliação individual e final do aluno, para a conclusão do respetivo mestrado. Assim sendo, optei pela realização de um estágio curricular no segundo ano do mestrado com a duração de seis meses.

Com a conclusão do estágio foi elaborado um relatório onde as componentes teóricas e práticas estão bem salientadas e onde se procura também justificar as opções tomadas no decorrer da investigação culminando com uma apresentação das mesmas.

Âmbito do Estágio

No âmbito do respetivo estágio, o mesmo foi realizado na Câmara Municipal de Lisboa mais propriamente na Unidade de Intervenção Territorial Oriental (UITOR).

A UITOR cria-se com a reestruturação orgânica da Câmara Municipal de Lisboa, onde privilegiou a implementação de um conceito de gestão de proximidade, através da criação de cinco zonas de gestão da cidade, são elas a Norte, a Centro, a Ocidental, a do Centro Histórico e por fim a Oriental.

Estas zonas de gestão designadas de Unidades de Intervenção Territorial (UIT), são constituídas por equipas multidisciplinares, preparadas para intervir no espaço público e equipamentos da sua respetiva área, onde identificam os problemas existentes que tentam resolver através dos serviços operacionais da Câmara Municipal de Lisboa.

As UIT trabalham assim numa estreita colaboração com as Juntas de Freguesia, moradores, associações nos processos de decisão com o intuito de envolver toda a comunidade na gestão da cidade em áreas como o urbanismo, gestão de equipamentos ou manutenção do espaço público.

Desta forma, as UIT fornecem à população um serviço de atendimento, que permite tratar na UIT da sua zona de assuntos como o licenciamento de pequenas obras, instalação de contentores de recolha seletiva ou até a instalação de esplanadas.

Objetivos do Estágio

Os objetivos do estágio tinham como principal foco:

- o acompanhamento da evolução do território;
- uma monitorização de todos os problemas urbanos que resultaram da transição da empresa Parque Expo para o Município de Lisboa;
- fazer uma análise e um balanço final dos problemas urbanos identificados.

Objetivos do Relatório de Estágio

O presente trabalho tem como objetivo:

- fazer uma análise dos problemas urbanos e se o processo de passagem de competências para a Junta está a ter os resultados esperados e verificar se os problemas atuais são maiores ou menores do que anteriormente;
- monitorização dos problemas urbanos através da georreferenciação dos mesmos;
- avaliar o papel da Parque Expo durante todo este processo, uma vez que a gestão da empresa é privada, mas com fundos públicos.

Introdução

Ao longo do tempo, os territórios têm vindo a sofrer mutações devido às intervenções urbanísticas concretizadas para poderem corresponder às necessidades e ambições da população no que respeita à utilização e procura do espaço físico. É o caso dos territórios industriais localizados em frentes de água, que entraram em declínio devido ao avanço de novas atividades económicas e tecnológicas.

As transformações recentes verificadas nestes territórios deveram-se sobretudo a grandes operações de regeneração urbana tal como foi o caso do território oriental de Lisboa, que na década de 90 foi objeto de intervenção para poder servir de palco ao grande evento da “Expo 98”. Posteriormente no período pós-expo surgiu a necessidade de rentabilizar este território atribuindo-lhe novas funções e em simultâneo o desafio de se executar uma gestão urbana sustentável deste território não repetindo assim a experiência de Sevilha 92.

Neste sentido a “Parque Expo”, que foi uma das responsáveis pela organização da Exposição Universal de 1998, assumiu a gestão dos espaços públicos do Parque das Nações contribuindo para um território de elevada qualidade urbana. No entanto a forte pressão urbanística e a grande procura destes espaços levaram ao surgimento de problemas urbanos. Esta situação acentuou-se recentemente aquando da transição das competências da gestão urbana deste território para a Autarquia de Lisboa.

Com a realização deste estágio curricular no âmbito do Mestrado em Gestão do Território e Urbanismo pretendeu-se obter um conhecimento profundo das dinâmicas territoriais e consequentemente analisar e avaliar os problemas urbanos e as reais necessidades que o Parque das Nações tem vindo a enfrentar nos últimos anos. Sobretudo na fase de transição de responsabilidades e competências em matéria de planeamento e gestão do território entre as entidades já mencionadas com o objetivo de poder apresentar possíveis medidas e soluções adequadas às especificidades do território, e reduzindo assim a probabilidade de agravamento dos problemas urbanos existentes na atualidade.

Metodologia de Trabalho

Neste capítulo, pretende-se dar a conhecer a metodologia de trabalho no âmbito da realização do estágio curricular, com o intuito de analisar a problemática em questão referente ao território do Parque das Nações, no que respeita à sua gestão urbana. É ainda de referir que para a concretização do presente relatório de estágio curricular, foi necessário utilizar diversas técnicas e métodos de investigação que são bastante usadas na área da ciência geográfica, atendendo assim à dimensão territorial proposta para objeto de estudo.

A metodologia adotada baseia-se inicialmente numa revisão da bibliografia de vários autores que discutiram a temática dos problemas urbanos e da gestão urbana no quadro geral e mais especificamente o caso do território em análise, ou seja, o Parque das Nações. Posteriormente discute-se também outros conceitos teóricos que se achou pertinente abordar e que estão diretamente relacionados com o presente tema. Tais como os conceitos de regeneração urbana, espaços públicos e qualidade de vida urbana. Em relação ao caso de estudo (Parque das Nações), a procura de informação incidiu também sobre uma revisão bibliográfica, bem como de documentação oficial publicada e outras cedidas pelas entidades envolvidas na vertente do planeamento, ordenamento e gestão do território (Junta de Freguesia do Parque das Nações, Câmara Municipal de Lisboa e Parque Expo).

Tendo em conta a necessidade de obter informação sobre a realidade urbana do Parque das Nações tornou-se essencial recolher diversas opiniões através da elaboração de entrevistas e inquéritos aos agentes territoriais. A seleção da amostra para estas mesmas entrevistas, foram a entidade de administração pública local (Junta de Freguesia do Parque das Nações) e a entidade associativa de representação residencial e comercial (Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações). No caso dos inquéritos a amostra selecionada foram os residentes locais e estes foram efetuados com o recurso às redes sociais, mais propriamente à rede “Facebook”, através da página com o desígnio “Pela Qualidade Urbana do Parque das Nações”.

No que respeita aos problemas urbanos, o principal enfoque de estudo deste relatório de estágio, decidiu-se identificá-los junto das entidades mencionadas

anteriormente e também através da realização de “trabalho de campo” com deslocações ao território, com o objetivo de observar e elaborar um levantamento profundo acerca destes, e de seguida proceder à respetiva análise e avaliação do estado dos problemas urbanos atuais no Parque das Nações.

Decidiu-se recorrer aos Sistemas de Informação Geográfica, utilizando o programa ArcGis, referir que os dados referentes à base cartográfica foram obtidos através do OpenStreetMap e que toda a elaboração dos mesmos foi de autoria própria. Através da ferramenta de georreferenciação elaborou-se e criou-se um conjunto de cartografia com a representação e localização espacial dos problemas urbanos e intervenções. Para uma melhor análise e interpretação da informação relacionada com os respetivos problemas urbanos e quadro de intervenções e servir como uma possível base de dados geográficos para facilitar a gestão urbana e territorial.

1. Contextualização Teórica

1.1 Territórios obsoletos, uma oportunidade para a Regeneração Urbana

1.1.1 Conceito de Regeneração Urbana

Na atualidade é cada vez mais visível o número de experiências e de projetos de intervenção que têm como base os processos de regeneração urbana. No entanto quando nos direcionamos para a discussão da génese e evolução do conceito de regeneração urbana, rapidamente chegamos à conclusão que diversas vezes o seu enquadramento conceptual na realidade é mal aplicado, pois existe ainda uma certa dificuldade em compreender a sua essência, significado ou operacionalidade. O conceito de regeneração urbana é ainda confundido com outros conceitos que lhe estão associados, tais como revitalização urbana, reabilitação urbana, requalificação urbana e renovação urbana. Esta ideia associada a uma certa confusão prende-se com a evolução da definição da Regeneração Urbana que começa a materializar-se em diferentes contextos e políticas territoriais, pois não se trata de propriamente de um conceito limitado (Roberts and Sykes, 2000; Cochrane, 2007; Porter and Shaw, 2009; Soares, 2010).

Ainda em relação ao conceito de regeneração urbana, as dificuldades encontradas à sua compreensão prendem-se principalmente com o facto de este não ser estático, antes pelo contrário é bastante dinâmico, a sua dimensão teórica é ainda carente para se poder apresentar um conceito sólido de regeneração urbana.

O contexto temporal em que a regeneração urbana emergiu remete-se ao período pós-II Guerra Mundial aquando de uma mudança profunda no panorama político em matéria de urbanismo que se repercutiu sobretudo pela Europa Ocidental. Esta nova reforma urbanística traduziu-se inicialmente em reconstruir as cidades que tinham sido afetadas por esta Grande Guerra. Posteriormente permitiu criar condições para modernizar os núcleos centrais e suas respetivas infraestruturas e no final incidiu-se na renovação de territórios urbanos marginalizados. Outro motivo aliado a isso, foi também a revolução industrial que contribuiu para o declínio das áreas urbanas e para o desenvolvimento de problemas de habitação precária e exclusão social, que por sua

vez levou a revoltas e lutas sociais e consequentemente entrou-se numa fase de recessão económica (Couch *et al*, 2011).

A conceptualização de Regeneração Urbana começou a ser utilizada sobretudo em testemunhos de carácter oficial na Europa, mais precisamente no início dos anos 70. Em 1975 a cidade inglesa de Merseyside apresentou um relatório onde aparece inserido esta expressão. A divulgação deste conceito assentou numa estratégia que incluía a execução de investimentos, tendo em conta a melhoria do ambiente e a atração a determinadas áreas urbanas que até então se encontravam num estado de degradação, dinamizando-as a nível económico e residencial. A execução desta nova estratégia servia também para condicionar a expansão e crescimento das cidades (Couch, *et al*, 2011). Outro aspeto que importa referir, é que este documento possibilitou a emergência de um novo padrão de desenvolvimento. Sendo que entre a década de 70 e 90, a regeneração urbana começou a ser adotada para servir de base à conceção de estratégias, vocacionadas para oferecer benefícios a nível económico e social (Kua, 2011).

Neste sentido, pode-se referir que o conceito de Regeneração Urbana passou a ter uma abordagem mais significativa a partir da década de 80. A regeneração urbana apoia-se num quadro fortemente estratégico, devido a que pressupõe o estabelecimento de um conjunto de objetivos operacionais, que são selecionados de forma prévia para pôr em prática uma determinada política ou reforma urbana. No geral, as intervenções concretizadas através de projetos de regeneração urbana têm como destino as áreas degradadas e obsoletas, o que contribui para uma alteração profunda do espaço físico ou território em questão. Outro aspeto que importa mencionar é que os processos de regeneração urbana obedecem a um quadro de decisões, tomadas de forma integrada.

Na opinião de Couch (1990), a Regeneração Urbana pressupõe um modelo de atuação em que os estados centrais assim como as suas comunidades de âmbito local reúnem esforços no sentido de terem o retorno dos investimentos, o consumo e a criação de emprego na medida de contribuir para a melhoria da qualidade de vida em território urbano. Ainda segundo o mesmo autor, para além da melhoria da qualidade de vida, a regeneração urbana apresenta como um dos seus grandes objetivos a redução

das disparidades entre espaços privados e outros tipos de espaços e entre as diversas classes sociais (Couch *et al*, 2011).

A Regeneração Urbana também pode ser encarada como um instrumento eficaz que contribui para recuperar os territórios urbanos que se encontram num estado de crescente declínio. Na atualidade a RU opera como um meio que pode voltar a transformar determinados espaços mais dinâmicos e atrativos, possibilitando a criação de uma nova vida ao núcleo urbano. A regeneração urbana apresenta a capacidade de criar uma vida mais dinâmica e com qualidade, podendo levar à atração para estas áreas antes em declínio, novos grupos etários e distintas classes sociais, para assim poderem utilizar a cidade na sua totalidade, ao contrário de esta apenas ter a função de emprego ou de acesso (Fidalgo, 2012).

Para os autores Roberts and Sykes (2000), o conceito de regeneração urbana refere-se como uma determinada ação que pretende a resolução de problemas de natureza diversa, tal como física, urbana, ambiental, económica e social de uma determinada área sujeita a um processo de intervenção. Podendo, neste sentido mostrar potencial para apresentar soluções para um território, tendo em vista a sua integração. Para Couch *et al*. (2003) a regeneração urbana remete-se à esfera pública em termos de política urbana que tem como preocupação a recuperação económica, social, e o equilíbrio ambiental e ecológico das áreas urbanas.

Já para Muir (2003), a RU incide particularmente em zonas ou áreas que se encontram deprimidas e também na integração no processo de planeamento, em modelo de parceria os diferentes setores como o público, privado, voluntário, a população local e por fim a comunidade em geral. A participação de pessoas nos processos de RU pode ser considerada essencial para alcançar o sucesso das suas operações, no entanto na actualidade, a existência de um carente conhecimento científico sobre a regeneração urbana pode ainda condicionar no estabelecimento de objetivos, ambições e técnicas de trabalho (Purdue, *et al.*, 2000).

Segundo a DGOTDU, a conceção de regeneração urbana refere-se a *uma operação de renovação, reestruturação ou reabilitação urbana, orientada por objetivos estratégicos de desenvolvimento urbano, em que as acções de natureza material são concebidas de forma integrada e ativamente combinadas na sua execução com intervenções de natureza social e económica* (DGOTDU, 2008: 63).

Por outro lado, em forma de síntese, e segundo Fidalgo (2012), a RU pode ser entendida “... *como uma intervenção integrada nas várias dimensões (social, ambiental, económica e física) com vista à resolução a longo prazo dos problemas inerentes às zonas urbanas, tendo uma visão mais ampla e integrada que os restantes tipos de operações urbanas...*” (Fidalgo, 2012: 16).

Sintetizando as ideias, a definição de RU não se refere a um conceito propriamente recente, pois tal como tivemos a oportunidade de averiguar, surge nomeadamente nos anos 80. Podemos afirmar que a RU no contexto atual aparece na maior parte das vezes, como uma reforma ou política urbana que engloba uma série de objetivos operacionais, que por sua vez pretende a requalificação ou a atribuição de novos usos ou ocupações a uma determinada área territorial que se encontra degradada, obsoleta e que demonstra ainda reflexos da influência da industrialização. A implementação de processos de RU assenta sobretudo a partir de distintas estratégias de intervenção, tendo como objetivo a qualidade de vida das populações. A RU urbana distingue-se de outras conceções teóricas, devido a incluir inúmeros fatores que contribuem para o desenvolvimento de um território mais sustentável. A RU não pode ser adotada como solução única para os problemas urbanos, mas pode ser entendida como uma possível alternativa e deter um papel importante na sua resolução.

1.2 Problemas Urbanos em Espaços Públicos

1.2.1 Conceito de Problemas Urbanos

Nas últimas décadas tem crescido a preocupação com a temática dos problemas urbanos e a intensidade e complexidade destes problemas tem sido motivo para debate na agenda dos poderes públicos. A nível bibliográfico e científico são também várias as publicações que abordam e discutem os problemas urbanos, no entanto quando analisamos a dimensão teórica dos mesmos, rapidamente chegamos à conclusão que permanece ainda um insuficiente conhecimento científico em relação ao enquadramento conceptual de “problema urbano”. Alguns estudos científicos abordam os diversos tipos de problemas urbanos, tais como poluição sonora, poluição da água e do ar, recolha e tratamento de recursos aquíferos e de resíduos, crescimento e expansão urbana desordenada, congestionamento e tráfego automóvel, exclusão social, entre outros e a partir dos anos 70 começaram a surgir em grande ritmo, os estudos relacionados com os problemas ambientais em contexto urbano. Pelo que existe a necessidade de elaborar uma proposta de definição ou conceito para a expressão “problema urbano”.

Inicialmente importa referirmos ao cerne da questão, o que é então um problema? Um problema pode ser entendido como uma dificuldade, contrariedade ou situação incómoda que necessita de solução ou resolução, para ser superado. Neste caso, o conceito de “problema urbano” pode-se referir a um fenómeno negativo ou a uma situação indispensável que ocorre em ambiente urbano e que por isso pode dificultar o seu normal funcionamento e consequentemente provocar desequilíbrios no sistema urbano. Neste sentido, o surgimento de problemas urbanos pode levar à fragmentação dos espaços físicos urbanos e colocar em causa a qualidade de vida daqueles que neles habitam. O significativo aumento destes problemas nas cidades, metrópoles, ou noutro qualquer tipo de espaço urbano tem vindo a ser motivo para uma maior apreensão. Tal como Souza menciona *“cresce a consciência de que muitos desses fenómenos não raro associam-se a coisas indesejáveis como grandes impactos negativos*

(...) e perda de qualidade de vida (...), com os benefícios diluindo-se excessivamente ou mesmo inexistindo para uma parte da população urbana (...)” (Souza, 2008: 8).

Os problemas urbanos nas cidades nem sempre são os mesmos, a sua diversidade e complexidade depende em grande parte dos contextos urbanos em que emergem. Ou seja, cada cidade ou determinado espaço urbano apresenta características e especificidades únicas que requerem a implementação de medidas de resolução ou de intervenção adequadas. No entanto após a concretização destas medidas, por vezes existem situações em que os problemas urbanos continuam a persistir e isto deve-se ao facto de *“Nem sempre as intervenções são articuladas e as prioridades corretamente definidas, (...)*” (Brito, 2002: 283).

1.2.2 Conceito de Espaços Públicos

O conceito de Espaço Público (EP) tem evoluído de maneira diferente ao longo do tempo, devido ao facto de se ter configurado de diversas formas ao nível físico, da área de ocupação, da dimensão estrutural e morfológica. O que também se reflete na apropriação e utilização destes espaços para usos distintos.

Retrocedendo na história, as primeiras funções desempenhadas pelos EP eram sobretudo de âmbito administrativo, político e social. Na atualidade os EP são utilizados na maior parte das vezes para prática de atividades de consumo, lazer, recreativas e descanso (Fernandes, 2012). Para a mesma autora, os EP são considerados espaços com uma grande capacidade de abertura pelo que justifica a sua fácil utilização. Tratam-se de espaços adequados para a satisfação das carências e necessidades da comunidade, e que uma vez associados aos espaços de natureza privada, entre outros, contribuem para o fomento de relações complementares (Fernandes, 2012).

Também Castro faz referência às mutações verificadas nos Espaços Públicos, mais propriamente à sua ocupação, utilização e apropriação e principalmente à sua capacidade de adaptação a diferentes estilos de vida e novos usos ao longo do tempo, *“(...) o uso dos espaços públicos mais tradicionais não correspondem aos modos de vida urbanos mais recentes e as práticas de sociabilidade muito marcadas pela festividade e se estes novos espaços, na maioria das vezes de natureza privada, apresentam*

condições atrativas e respondem àquelas novas formas de estar em público (...)” (Castro, A., 2002: 64).

Segundo Young, os EP eram descritos como espaços de grande acessibilidade e de diversidade, em que os indivíduos, seja em conjunto ou em individual, utilizavam-nos para diferentes fins, e o contacto nestes espaços era notório, contribuindo para o estabelecimento de relações pacíficas ou de convivência (Young, 1986; Paddinson e Sharp, 2007).

Para Brandão, os EP permitiram a fundação da configuração urbana e refere que estes estão presentes na envolvimento ao património edificado e que facilitam o convívio e as relações sociais, pelo que devem ser encarados como propriedade de todos os utilizadores da sociedade. *(...) os espaços públicos devem ser sempre vistos como bens de utilização livre, de acordo com um padrão de uso socialmente aceite (...) que traduzem uma interação equilibrada entre o homem e o meio, ostentando uma singularidade que os homens reconhecem facilmente.*” (Brandão, 2008: 18). Quem partilha da mesma opinião é Francisco que também atribui grande importância ao formato urbano nos EP, pois revela que estes espaços assumem um papel determinante na estrutura e organização urbana, contribuindo para o seu equilíbrio e compatibilidade entre as vertentes funcional e territorial das áreas urbanas (Francisco, 2005). A mesma autora menciona ainda que os Espaços Públicos podem ser classificados em duas principais dimensões, a material e imaterial. A primeira dimensão refere-se aos elementos físicos e urbanos, a segunda dimensão está relacionada com a componente identitária, histórica e cultural, que em conjunto moldam a vida em ambiente urbano (Francisco, 2005).

Segundo Mora (2009), os Espaços Públicos são espaços que podem integrar diversos indivíduos da comunidade e respetivas atividades e possibilitar o contacto, a permanência, as relações de encontro, o recreio, as relações com a paisagem natural e a conservação da componente ambiental e dos elementos naturais em contexto urbano.

Outro aspeto que importa referir é que os espaços públicos possuem uma grande capacidade de organização e de integração de diferentes tipos de ocupações e utilizações. São vistos também como espaços contínuos e distintos e apresentam um importante contributo no ordenamento do território urbano. Tal como Brandão esclarece, um espaço público urbano *“(...) pode organizar um território capaz de*

suportar diversos usos e funções (...), ser um espaço da continuidade e da diferenciação, ordenador do bairro, articulador da cidade, estruturador da região urbana (...)” (Brandão e Remessar, 2000)

Analisando o relatório oficial *“Cities of Tomorrow”*, a atração aos espaços públicos deve-se sobretudo ao nível de qualidade e à dimensão estética do seu edificado. Estes espaços são duas vezes mais importantes no caso de transmitirem segurança, e mostrarem uma maior capacidade de atração e um bom estado de conservação (Project for Public Spaces, s.d.).

Alves apela ainda que para se poder conceber um determinado espaço público, torna-se necessário atender basicamente a um conjunto de necessidades associadas a diversos estatutos ou símbolos e ter em conta as relações mantidas destes espaços com a sua conjuntura e área envolvente. Neste caso, através da compatibilidade do local com a paisagem e natureza existente e do reforço dos seus elementos históricos (Alves, 2003).

1.2.3 Problemas Urbanos VS Espaços Públicos

A emergência de problemas difere um pouco tanto na variável tempo, como na variável espaço, ou seja, os problemas existentes numa determinada área territorial ou espaço público podem não ser da mesma natureza, pois em grande parte estes problemas resultam de características específicas, do contexto ou de situações reais diferentes e em períodos temporais distintos. Tal como Brito menciona: *“Os problemas atuais, os meios urbanos não são necessariamente maiores ou mais graves que outros já vividos e ultrapassados no passado, são diferentes”* (Brito, 2002:13).

O surgimento de problemas urbanos nos espaços públicos resulta de múltiplas razões, entre as mais frequentes está a forte pressão urbanística exercida sobre estes espaços, a má ou desadequada utilização e apropriação, a falta de interesse dos cidadãos nos assuntos relacionados com a gestão do território. Em relação às entidades públicas com competências pela gestão urbana, estas também podem ser em parte responsáveis pela permanência de muitos dos problemas urbanos em espaços públicos devido à falta de verbas direcionadas para a sua resolução ou à *“constante redução de*

investimentos (...), levando à perda de sua vitalidade com sérias consequências” (Dias e Júnior, 2017: 642). Neste sentido é importante reforçar as funções, que cada ator ou agente possui em relação aos espaços públicos de forma a garantir a sua sustentabilidade, tal como Bertoluzzi e Hochheim afirmam, *“É função do poder público implementar, administrar, equipar e promover a manutenção de áreas livres públicas, assim como é função de cada cidadão contribuir para a sua preservação”* (Bertoluzzi e Hochheim, 2004:140).

O aumento dos problemas urbanos nos espaços públicos observados nas últimas décadas tem vindo a ser motivo de alguma atenção, pois tem contribuído para um crescente declínio da qualidade, da imagem, do proveito e da multifuncionalidade que estes espaços podem oferecer. Neste sentido, este tipo de situação cada vez mais frequente tem estado na ordem dos assuntos debatidos na agenda política pública sobretudo ao nível local. Tal como Raposo defende que estamos na presença de um contexto em que começa a *“emergir um novo tipo de preocupação com a qualidade do espaço público, quer ao nível material (...) quer imaterial, (...) como uma condição para a melhoria da qualidade de vida...”* (Raposo et al., 2010: 119).

Para Barata Salgueiro, os cidadãos que vivem nas cidades enfrentam *“o grande desafio de as tornar agradáveis, assegurando a sustentabilidade, e, para isso, de compreender os processos que nelas ocorrem (...)”* (Salgueiro, 2002: 23). Ou seja, em relação aos problemas urbanos que são cada vez mais complexos, torna-se necessário atender aos seus efeitos negativos no território, no sentido de os poder reduzir através da execução de medidas adequadas, tendo em conta um sistema urbano mais sustentável, tal como a mesma autora refere *“Cresce a necessidade de adotar medidas territorializadas para muitos problemas que devem ser resolvidos ao nível local (...)”* (Salgueiro, 2002: 32).

O estado de *“consequente agravamento de problemas (...) leva à necessidade de intervenção nas cidades, (...) invertendo a tendência de degradação sucessivamente verificada”*. (Castelão, 2002:246). Neste cenário negativo, a Gestão Urbana assume um papel importante, na medida de poder resolver os problemas existentes nos espaços públicos urbanos e ou reduzir os impactos negativos resultantes de ações mal-executadas ou de situações desagradáveis.

1.3 A necessidade da Gestão Urbana para uma melhor qualidade de vida

1.3.1 Conceito de Gestão Urbana

Ao longo do tempo a Gestão Urbana tem sofrido algumas alterações em relação à compreensão do seu conceito teórico como também no quadro de intervenção. A sua evolução deveu-se à capacidade de adaptação a distintos contextos reais e territoriais e à capacidade de integração de múltiplos agentes com diferentes interesses, perspetivas e visões para o território.

Para Frey a Gestão Urbana (GU) assentava sobretudo nos processos de planeamento e ordenamento do território, através da construção de infraestruturas físicas, que contribuíam para o aumento do nível da qualidade de vida nos espaços urbanos. No entanto, com as crescentes mudanças na sociedade e com o aumento da população e outros fenómenos relacionados, a GU passou também a dar resposta aos movimentos das classes sociais com menos recursos financeiros (Frey, 2002). Segundo o mesmo autor, a GU na atualidade integra uma maior quantidade de agentes territoriais, operando em diferentes vertentes que necessitam de diálogo para elaborar eventuais cenários e modelos de gestão e política urbana, num panorama social cada vez mais informado (Frey, 2003). Devido à capacidade de alargamento e de integração de um grande número de agentes nos seus processos de operacionalização.

A GU tem vindo cada vez mais a ser associada à “governança territorial”, permitindo o surgimento de novas práticas políticas, administrativas e de tomada de decisão (Scherer-Warren, 1999; Castels, 1999; Putnam, 2001; Rezende e Frey, 2005). Também Hirst e Rhodes a GU pode ter o mesmo enquadramento teórico que a governança territorial e urbana, no entanto esta última possui uma maior abrangência ao nível conceptual (Hirst, 2000; Rhodes, 2000).

A GU tem de se adaptar a diferentes contextos territoriais e conjunturas e estar atenta a todas as mutações que se vão observando, no sentido de poder intervir da melhor forma possível, tal como Rezende afirma *“a gestão urbana deve desempenhar um papel relevante para contribuir na diminuição desses contrastes, dificuldades e conflitos também na solução dos múltiplos problemas enfrentados”* (Rezende e Frey, 2005: 53).

A GU deve estar assente na concretização de diálogos e de propostas estratégicas de forma partilhada e organizada, tendo em conta a cidade e a sua dinâmica. A GU não apresenta apenas uma vertente administrativa, mas também possui um forte carácter democrático, pois engloba uma grande série de entidades e atores de natureza pública e privada, que em conjunto pensam na forma de agir na cidade (Soares e Lopes, 1996:22).

A operacionalização e desenvolvimento da GU, para além da necessidade de envolver e integrar os diversos agentes ou atores do território também depende em grande parte da disponibilidade de recursos financeiros destinados às concretizações das operações no território, bem como a outro tipo de despesas relacionadas. *“Para uma gestão urbana ser realmente efetiva, deverá ponderar-se cuidadosamente todos os custos e proveitos (...) das acções promovidas e nunca em momento algum se deve perder o sentido de visão estratégica (...)”* (Papudo, 2005: 13).

A GU pode também ser entendida como uma ferramenta que detém a capacidade de orientar e supervisionar o funcionamento do sistema territorial, e esta geralmente é da responsabilidade e competência das entidades públicas à escala local. Tal como Serdoura explicita *“A Gestão Urbanística é um instrumento de controlo da dinâmica do território que tem no exercício da administração de nível municipal uma das suas principais vertentes”* (Serdoura, 2006: 189).

A GU deve estar sempre associada a processos de participação pública, no sentido de recolher informação e atender às diversas opiniões e necessidades em relação à operacionalização do território urbano. Para isso acontecer, torna-se essencial a integração, o envolvimento e a participação dos cidadãos de forma ativa e juntos destes poderes *“estimular o interesse pelas questões que dizem respeito à vida da cidade”* (Melo, 2002:86). Um dos principais desafios da Gestão Urbana é o controlo de possíveis situações conflituosas que possam surgir ao longo do desenvolvimento destes processos, pois estão presentes perspetivas diferentes e neste sentido importa apelar ao diálogo entre os diversos agentes territoriais.

1.3.2 Conceito de Qualidade de Vida Urbana

Antes de partirmos para a abordagem do conceito de Qualidade de Vida Urbana (QVU) importa inicialmente discutir o que se entende por qualidade de vida numa perspetiva geral. A qualidade de vida trata-se de um tema que já possui uma dimensão teórica e bibliográfica bastante ampla, devido ao facto de ter vindo a ser discutida em várias áreas do conhecimento científico, como em diferentes contextos problemáticos (Santos e Martins, 2002). No entanto devido à sua extensa bibliografia e ao seu enquadramento conceptual complexo, esta ainda apresenta problemas e obstáculos relacionados com a sua operacionalidade (Marques e Figueiredo, 2008). Para Sousa e Casanova partilham as mesmas ideias em relação à aplicação da qualidade de vida nas mais diversas áreas de intervenção, sendo divulgadas também na área política e social (Sousa e Casanova, 2007).

A definição de qualidade de vida pode estar assente na estabilidade pessoal, no grau de felicidade e de satisfação ou vice-versa, no nível de agrado e na necessidade e desejo de um conjunto de elementos materiais e imateriais, condições e contextos (Dalkey e Rourke, 1972; Harland, 1972; Rodrigues 2007).

Para Gómez, a perceção de qualidade de vida, no entanto pode conter uma determinada subjetividade, pois difere para cada cidadão como para cada comunidade, e a sua evolução está dependente do avanço da ciência e da tecnologia em distintas áreas (Gómez, 2000). Pelo que o significado de qualidade de vida ainda pode ser confuso ou duvidoso, devido às complicações que surgem relacionadas com o seu termo teórico (Wolfensberger, 1994).

Para os autores Santos e Martins, o conceito de qualidade de vida baseia-se em três vertentes principais. A primeira vertente está associada à diferença entre a dimensão material e imaterial que contribuem para a qualidade de vida. A segunda vertente está relacionada com a diferença entre a dimensão individual e coletiva. Por fim, a terceira vertente da qualidade de vida está ligado a dois campos de avaliação, o subjetivo e objetivo (Santos e Martins, 2002).

Na opinião de Frank, a conceção de qualidade de vida é o principal tema de abordagem na ótica dos estudos relacionados com o desenvolvimento sustentável e com os problemas ambientais, devido a que esta requer uma oferta de estruturas de

natureza pública e social, que possa intervir a favor da sociedade e da conservação ambiental. Ou seja, isto indica que é necessário reunir esforços para contribuir para a melhoria da qualidade de vida e em simultâneo para a qualidade do ambiente em meio urbano (Frank, 2000).

Tal como já foi referido anteriormente, o conceito teórico de qualidade de vida tem vindo a ser tema de abordagem nas mais diversas áreas do conhecimento científico, entre os quais se encontra a geografia, economia, sociologia ou arquitetura. No âmbito da ciência geográfica, a discussão concetual de QVU tem-se focado no sustento das carências e necessidades de carácter básico através da implementação de políticas com tradução no sistema urbano e territorial, o que difere da visão da economia que cujo estudo está mais direccionado para os serviços e bens de valor (Roggero e Luchiari, 2012).

Segundo Nahas, a noção teórica e concetual de QVU surgiu em meados da década de 60, onde começou a ser usada como uma ideia paralela aos estudos do desenvolvimento da economia. No entanto nos anos 70 e 80, esta definição foi influenciada por mudanças a nível social, provenientes dos assuntos ambientais que passaram a ser motivo de crescente preocupação. Neste contexto, esta começa a estar associada às questões urbanas, traduzindo-se assim numa união dessas duas perspetivas, tendo em vista a criação de variáveis de estudo para o planeamento e ordenamento do território urbano (Nahas, 2009).

Para Mansilla, os espaços urbanos são o reflexo da QVU, na medida em que o saneamento, acesso, estrutura viária, estado do edificado, dimensão da habitação, fluência, existência de espaços verdes, e a oferta de um conjunto de serviços representam indicadores para integrar nas políticas de gestão territorial e satisfazer as necessidades da população. Pelo que o mesmo autor defende que sem o cumprimento destas, não tem lógica progredir na discussão deste conceito (Mansilla, 2001).

1.3.3 Gestão Urbana VS Qualidade de Vida Urbana

Como constatámos anteriormente, o conceito teórico de qualidade de vida tem vindo a ser objeto de estudo e de debate em diversas perspetivas nas mais variadíssimas áreas do conhecimento científico, embora ainda com alguma dificuldade no que respeita à sua operacionalidade. Para Santos e Martins, o conceito teórico de qualidade

de vida está constantemente a ser abordado tanto na generalidade como na comunicação, sendo parte integrante nos processos de gestão e de política de planeamento territorial, sobretudo dos espaços urbanos (Santos e Martins, 2002).

Neste sentido importa referir que na atualidade, e independente de qual seja o modelo de gestão urbana a ser aplicado, a qualidade de vida tem de ser sempre entendida e adotada como um objetivo comum a todos os territórios. Pelo que o sucesso dos modelos ou políticas de gestão urbana está dependente da capacidade destas em garantir ou proporcionar um bom nível de qualidade de vida aos cidadãos.

A QVU assume uma crescente importância devido a estar cada vez mais colocada em causa ao ser prejudicada pelos problemas que surgem nos espaços urbanos, tal como Castelão esclarece que *“confrontamo-nos frequentemente com situações de desequilíbrio, que contribuem para a diminuição dessa mesma qualidade de vida (...)”* (Castelão, 2001: 36).

Para Machado, os processos de GU e de planeamento têm em vista o equilíbrio e a organização do território e dos espaços urbanos, pelo que deverá atender à oferta de infraestruturas e de equipamentos existentes no território que por sua vez são fundamentais para a ocupação habitacional, espaços de lazer e recreio e equipamentos. Pelo que a superação dos problemas nos espaços urbanos presume que se possa alcançar uma melhor QVU, embora seja ainda difícil integrar as suas diferentes escalas de intervenção e delimitar o seu nível de classificação (Machado, 2010).

2. Uma visão urbanística sobre as memórias da Expo 98

2.1 Enquadramento geográfico e territorial da área oriental de Lisboa

O território escolhido para a realização da Exposição Universal de 1998, está situado a oriente da capital portuguesa (Lisboa). Este encontra-se limitado a sul pela Avenida Marechal Gomes da Costa, no lado norte pelo Rio Trancão, a oeste pela linha ferroviária e a este pelo Rio Tejo. A zona proposta para intervenção no âmbito de um processo de RU e do projeto da Expo 98, abrangia um território de dois concelhos, Lisboa e Loures. Em relação à dimensão territorial, esta operação urbanística ocupou uma área aproximada de 330 ha e com cerca de 5 km da frente de água.

O território da zona de intervenção (ZI) está atualmente incluído na nova freguesia designada de Parque das Nações. Esta resultou do processo de reconfiguração do território do concelho de Lisboa ao nível das freguesias, nomeadamente a partir da data da publicação e aprovação da nova reforma administrativa de Lisboa que se sucedeu em 2012.¹ No entanto esta apenas entrou em vigor em 2013. A nova transformação observada permitiu que partes das freguesias de Sacavém e Moscavide antes pertencentes ao concelho de Loures e a anterior freguesia de Santa Maria dos Olivais antes pertencente ao concelho de Lisboa, ficassem agregadas numa única freguesia. O Parque das Nações trata-se então de uma freguesia inserida no concelho de Lisboa, com uma área geográfica de 5,44 km² (Carta Administrativa Oficial de Portugal, 2013) e com uma dimensão populacional de 21 025 habitantes (Censos, 2011).

¹ Lei nº 56/2012 de 8 de Novembro, designada de “Reorganização administrativa de Lisboa,” que apresenta a proposta de um novo mapa com as alterações ao nível das freguesias para a capital portuguesa.

Para Cardoso e Cunha, o território oriental de Lisboa apresentava problemas e características que necessitavam de ser resolvidas e potencialidades que importavam aproveitar, beneficiando assim da sua posição estratégica. O mesmo autor caracteriza este território como uma *“Área extensa e plana, ocupada por actividades ambientalmente reprováveis, com percentagem importante de espaço público, na base de uma colina com declive suave desde a zona do Aeroporto da Portela até ao rio, exposta a nascente, confrontando directamente com a toalha aquática do Tejo na sua máxima largura, (...)”*(Cardoso e Cunha, 2002: 119). A sua posição estratégica deve-se também ao facto de estar próxima de grandes acessibilidades rodoviárias e ferroviárias (Cardoso e Cunha, 2002).

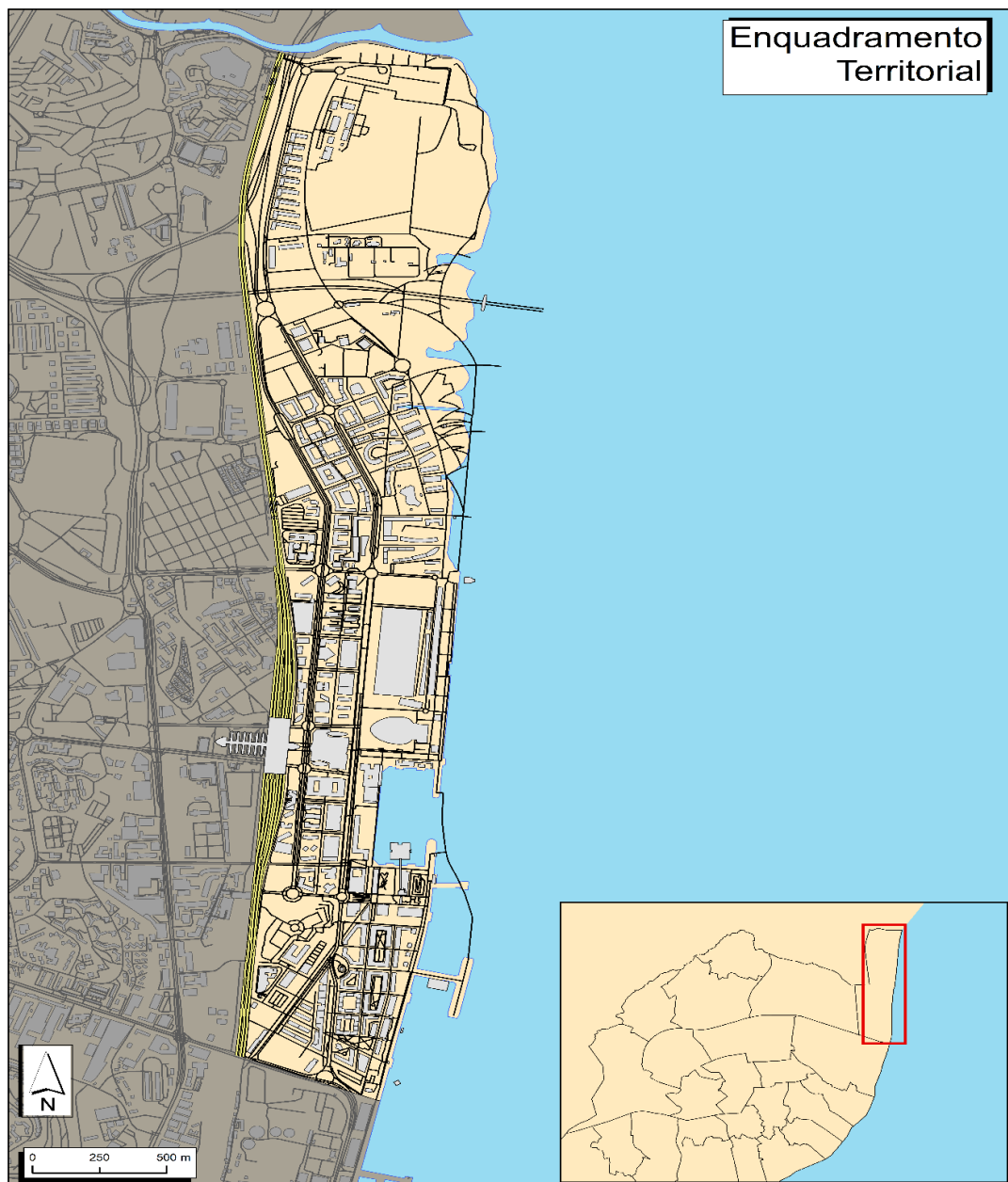


Figura 1. Enquadramento territorial da área de estudo.

A área territorial da zona oriental de Lisboa sofreu algumas mutações no que respeita à sua ocupação. Inicialmente esta possuiu uma forte concentração industrial devido à construção da linha férrea durante o século XIX e de infraestruturas portuárias que permitiram a localização e expansão de atividades industriais. Este cenário veio a intensificar-se mais sobretudo durante os anos 40, com a fixação de indústria pesada e de outro tipo de indústrias de menor dimensão de forma desordenada. Posteriormente começaram a surgir as primeiras habitações de génese ilegal. No entanto o abandono da indústria levou consequentemente a um crescente estado de declínio do território e aumentou a preocupação com os problemas ambientais e urbanísticos (Pedrosa, 2013).

Com a evolução do tempo, esta área territorial passou a ser encarada como um dos principais problemas de Lisboa, pois era uma zona em crescente degradação ambiental e urbanística, em que se verificava a presença de indústrias perigosas, como a refinaria petroquímica de Cabo Ruivo, o aterro sanitário, o depósito de lixo da capital junto à foz do Rio Trancão, edifícios fabris devolutos e abandonados, entre outros. As vilas operárias existentes neste território transformaram-se em habitações muito antigas, degradadas e sem condições, ou seja, bairros de lata.

As principais razões explicativas para este crescente estado de degradação e poluição observado no território, no período anterior à intervenção da Parque Expo (entidade responsável pela organização da “Expo 98” e pelas operações urbanísticas), deveram-se sobretudo ao ritmo de instalação e tipo de indústrias, correspondendo a uma fase temporal em que eram ainda incipientes ou quase que inexistentes as preocupações ambientais e as questões associadas ao planeamento e ordenamento do território. Tal como Pedrosa refere que neste período *“começam a proliferar as pequenas e médias indústrias, não respondendo a qualquer lógica de ordenamento (...)”* (Pedrosa, 2013: 97).

A expansão desta área oriental assentava principalmente no desenvolvimento industrial, sem articulação com a malha urbana envolvente ou até mesmo com o recurso hídrico existente. Tratava-se, neste sentido, de um território fechado, ou seja, o desenvolvimento da cidade de Lisboa era feito de “costas voltadas” para o Rio Tejo, pois as infraestruturas industriais existentes funcionavam como obstáculo ou barreira no acesso ao rio, condicionando assim a relação da cidade com o rio.

Outros motivos que importa ainda referir e que podem estar também na origem do declínio e consequente afastamento da área territorial oriental foi o fato de a cidade de Lisboa estar-se a desenvolver e a evoluir à parte deste território. Neste período as questões relacionadas com o planeamento e ordenamento do território eram ainda pouco discutidas, pelo que eram deixadas para segundo plano ou mesmo esquecidas pela esfera pública. Algumas acções concretizadas nesta matéria eram sobretudo pontuais ou até desadequadas às especificidades do território.

Ainda no âmbito do planeamento, existiu uma experiência para elaborar um plano urbanístico na década de 40, no entanto este não obteve os resultados esperados e contribuiu ainda mais para a fragmentação e separação deste território em relação à restante cidade de Lisboa, permanecendo assim num estado decadente (Villalobos, 1998).



Figura 2. Vista aérea do Parque das Nações antes de ser intervencionado.

Fonte: www.jf-parquedasnacoes.pt. Acesso em 26/10/2017.



Figura 3. Vista aérea do Parque das Nações depois da intervenção urbana. **Fonte:** www.jf-parquedasnacoes.pt. Acesso em 26/10/2017.

2.2 Expo 98: A emergência de um novo território para Lisboa

A forte concentração industrial num estado avançado de degradação na área oriental de Lisboa, começou a ser tema de debate e discussão no início dos anos 90 entre as diversas entidades públicas e privadas com competências na gestão do território. Era urgente atender aos problemas urbanísticos e ambientais que proliferavam naquele território que de certa forma estava a denegrir a paisagem da cidade.

Assim no início da década de 90, começaram a materializar-se os primeiros planos de ordenamento do território de natureza estratégica direcionados para o território em questão, devido à necessidade de reconverter a ocupação do espaço e de lhe atribuir novas funções. Sendo que um dos principais objetivos do Plano Diretor Municipal (PDM) de Lisboa era exatamente a *“reconversão da zona industrial e portuária oriental para serviços avançados de apoio às indústrias e como plataforma logística da cidade de Lisboa e da AML”* incentivando à modernização das infra-estruturas e assinalando a área como interface e porta da capital” (Costa, 2009: 78). A zona oriental de Lisboa sofreu assim uma profunda intervenção de regeneração, em particular do ponto de vista ambiental, permitindo valorizar toda as singularidades da zona e maximizar as potencialidades de usufruto futuro. Todos estes planos urbanísticos tinham um objetivo comum, que era *“repensar Lisboa como cidade ribeirinha”* (Soares, 1996: 19). Pelo que a execução do projeto urbanístico da Expo 98 poderia ser entendida como a melhor experiência nesta conceção de cidade idealizada.

Segundo Guimarães, inicialmente o documento intitulado “Plano Estratégico de Lisboa” apresenta uma proposta de ocupação para o território oriental de Lisboa vocacionado para as atividades logísticas de apoio ao setor portuário. No entanto depois da decisão final da escolha da cidade de Lisboa para ser o local de realização da próxima Exposição Mundial por parte do *Bureau International des Expositions* (BIE), é que se decidiu que seria esta a área para a realização do futuro evento. Pois tal como o mesmo refere *“Tratava-se de uma vasta área degradada e poluída mas com boas capacidades de integração urbanística”* (Guimarães, 2006: 172).

No entanto importa referir que durante o desenvolvimento dos planos territoriais para a área oriental, já as autarquias de Lisboa e de Loures (concelhos a que pertence o território da Zona de Intervenção) tinham elaborado os respetivos processos de revisão

dos seus PDM (Plano Diretor Municipal). Pelo que perante esta nova operação, foram de certa forma obrigados em 1993 a complementar este instrumento com relatórios de integração urbana para conciliar com os demais estudos de planeamento e ordenamento do território (Rosa, 1998).

O tipo de intervenção urbanística concretizada na área territorial oriental de Lisboa está associado a novas formas de “fazer cidade”, ou seja, através da execução de processos de regeneração urbana de forma integrada em que estão envolvidos os vários agentes presentes ou com interesses no território. Tal como Salgueiro refere *“está ligada a uma nova forma de intervenção pública no território, mais consciente dos desafios da competitividade territorial e recorrendo mais frequentemente a parcerias”* (Salgueiro, 2002: 27).

O projeto para o território oriental da capital implicou a execução de uma intervenção física e urbanística de grande dimensão em que para a qual existiu a necessidade de atrair um elevado investimento de forma a atribuir novos usos e funções e contrariar a situação em que esta zona se encontrava. Para Salgueiro estes tipos de operações urbanísticas têm como finalidade *“a sua promoção no exterior e a atracção de turistas e de empresas, e são combinados com a organização de eventos internacionais que trazem visitantes durante um certo período de tempo, e por isso, são uma oportunidade para «pôr a cidade no mapa»”* (Salgueiro, 2002: 31). Neste sentido o projeto da Expo 98, para além de poder criar um novo núcleo central para a cidade de Lisboa e sua área metropolitana, foi entendida também como uma oportunidade de reforçar a imagem, posição e importância da capital portuguesa no panorama internacional.

2.3 Expo 98: O evento e o projeto urbanístico

A realização da Exposição Mundial de Lisboa de 1998, tal como já referido anteriormente foi considerada como uma oportunidade de reverter em termos urbanísticos um território que até então permanecia isolado do resto da cidade devido ao seu contínuo estado de declínio e degradação industrial e ambiental. No entanto até à data da inauguração deste evento, houve um longo caminho a percorrer, pelo facto

de se tratar de um acontecimento festivo de grandes dimensões e de implicar em si uma grande capacidade de trabalho relacionado com a escolha do tema, a respetiva organização, o perfil urbanístico e arquitetónico da própria exposição.

Os trabalhos antecedentes da Expo 98 remontam inicialmente ao ano de 1989 aquando da apresentação de Portugal em ser o país candidato e responsável pela organização da próxima Exposição Mundial na época que então decorria, candidatura que foi aceite em assembleia de forma positiva pelo organismo máximo deste tipo de eventos, o *Bureau International des Expositions* (BIE).

A realização da Exposição Mundial de 1998 foi entendida como o virar de uma nova página na história das exposições, pois estava iminente o surgimento de mudanças e transformações na conceção e no modo de funcionamento deste tipo de eventos, pois passou-se a dar mais importância aos contributos que estes podiam significar para o desenvolvimento territorial e à apresentação de soluções urbanísticas que estes podem oferecer para determinados territórios, do que propriamente ao seu carácter festivo. Tal como Mega Ferreira afirma *“um novo modelo expositivo podem fazer da Exposição Mundial de Lisboa de 1998 a primeira exposição da “terceira vaga”* (Mega Ferreira, 1996: 10).

A escolha do tema para a Expo 98 estava relacionado com os espaços oceânicos, tendo como expressão principal *“Os Oceanos. Um Património para o Futuro”*. A referência a este tema pretendia alertar as mentalidades para os assuntos problemáticos relacionados com o consumo dos recursos marinhos, no qual era necessário apresentar novas alternativas que pudessem contribuir para um mundo mais equilibrado e sustentável (Mega Ferreira, 1996).

Um dos principais objetivos na escolha deste tema era de consciencializar para a necessidade de se implementar uma nova gestão mais eficaz e baseada nos princípios da sustentabilidade, tendo em conta todas as vertentes associadas ao oceano. Este tema refletia-se no modo como os diversos pavilhões existentes promoviam exposições, que por sua vez detinham um forte carácter educacional no sentido de alertar junto do público em geral, para a importância do património marítimo e do uso dos recursos aquíferos (Salgueiro, 2011).

Ainda em relação ao tema da Grande Exposição de Lisboa de 1998, importa referir que o mesmo não estava apenas limitado à temática dos oceanos, mas também se

assistia a um enaltecimento da história da nação portuguesa, pois neste mesmo ano celebrava-se os 500 Anos da descoberta da Índia, por via marítima pelo navegador Vasco da Gama. Pelo que este acontecimento histórico também teve influência na arquitetura do edificado e do espaço público (Ferreira, 2006; Salgueiro, 2011).

Em termos urbanísticos, a implementação e o desenvolvimento do projeto da Exposição Universal de 1998, captou grande parte da atenção dos especialistas em urbanismo e arquitetura, pois importava que Lisboa não seguisse a experiência de “Sevilha 92”, que como é do conhecimento geral o evento alcançou uma notável afluência de turistas e visitantes devido à sua grande dimensão festiva. No entanto, no período pós-expo a própria conceção do projeto urbanístico conduziu ao fracasso e consequente declínio do seu território. Uma das principais razões que levaram a esta situação prende-se com o facto de (...) *o conjunto das utilizações que encerra, revela os mais negativos efeitos de um desenho que pouco teve em conta a previsão da sua complexidade e, ainda menos, o da sua vocação urbana* (Pérez Escolano 1996: 17).

Neste aspeto parece que Lisboa soube aprender com os erros cometidos em Sevilha, pois pensou na utilização do território na fase pós-expo e a longo prazo, ao incluir no seu projeto urbanístico a função que mais permite a sua usufruição, ou seja a residencial. Tal como Sat *refere (...) destinando metade da sua superfície construída a uso residencial, procura uma correcta integração com as zonas circundantes por forma a minimizar os efeitos de uns limites definidos apenas pela especialização das suas funções* (Sat, 1998, 14).

A significativa dimensão territorial da Área de Intervenção (AI) que foi proposta para a construção da Expo 98, levou à necessidade de se proceder à divisão desta em vários Planos de Pormenor (PP). O espaço que correspondeu à Exposição foi o PP 2, e o seu planeamento foi da responsabilidade do arquiteto Manuel Salgado. Na execução do projeto urbanístico foram integrados parte da herança do património industrial existente anteriormente, tal como a Torre da companhia petrolífera “Galp”. No desenvolvimento deste projeto foram construídas novas infraestruturas de acessibilidade e equipamentos de natureza cultural, lúdica, lazer, comercial e desportivas e maioritariamente tal como já foi mencionado anteriormente edificado destinado para habitação (Guimarães, 2006).

No início houve um trabalho complexo na concretização do projeto urbanístico da Expo 98, pois existiu a necessidade de realizar uma profunda intervenção física no território, em que no qual destacam-se ações como o processo de descontaminação dos solos que foram prejudicados pela poluição das empresas petrolíferas, dos recursos aquíferos existentes no subsolo, as operações de limpeza e saneamento do aterro sanitário de Beirolos, a retirada de matéria poluente das margens assim como o controlo do caudal na foz do Rio Trancão. Deu-se início à demolição ou desmontagem da maioria das edificações industriais existentes. Em relação à dotação de infraestruturas de abastecimento, os trabalhos iniciaram-se com a construção de uma galeria técnica com cerca de 6,2 km de comprimento, a instalação das redes de águas quentes e frias, a recolha de lixo urbano por sucção, água potável, sistemas de rega, a instalação da rede de eletricidade e telecomunicações por fibra óptica. Seguiu-se ainda a construção da rede de escoamento de esgotos que atinge os 40 km de extensão. Por fim, procedeu-se à construção dos espaços, infraestruturas e equipamentos localizados à superfície, de entre os quais destacam-se o pavimento das vias de acesso pedonal com recurso a diversos tipos de material de construção, tais como 220 000 m² de calçada em vidro, 180 000 m² de calçada granítica, e 130 000 m² de lajes de betão. Em relação às zonas destinadas às funções residenciais realça-se a ocupação de cerca de 1 240 000 m² de área, ao nível dos serviços a construção de espaços com uma área de 480 000 m² e de 200 000 m² de área destinada à instalação de superfícies comerciais. No que respeita à dotação de áreas verdes ou de atividades lúdicas e de lazer foram concebidos espaços que na sua totalidade atingem os 110 ha de território, e 650 000 m² de área destinada ao estacionamento (Parque Expo, Reinventar o Território)

No entanto esta intervenção de regeneração urbana exigiu ainda a melhoria da circulação rodoviária que possibilitasse uma melhor articulação entre os diversos modos de transporte e de importantes infraestruturas ferroviárias e rodoviárias (variante à autoestrada do Norte, Ponte V. da Gama, Circular Regional Interior de Lisboa (CRIL), linhas férreas à escala suburbana, rede do metropolitano de Lisboa, e restante rede viária de Lisboa), em que aproveitou também as potencialidades da estação intermodal de transportes, a Estação da Gare do Oriente. Em simultâneo houve também a necessidade de se proceder a algumas operações físicas pontuais no território exterior, tal como a reconstrução ou requalificação de vários eixos viários situados na área

envolvente da zona de intervenção, com particular realce para os trabalhos efetuados na Rotunda do Relógio, Avenida Marechal Gomes da Costa, Avenida Alfredo Bensaúde, Nó do Prior Velho, Praça José Queirós e na Avenida Infante D. Henrique.²

Para além das razões anteriormente indicadas, o sucesso do projeto da Expo 98 deveu-se também à capacidade desta se afastar das experiências urbanísticas das exposições já realizadas, que na sua maioria apresentaram dificuldades em se integrar nos sistemas urbanos, sendo por isso sido entendidas como “não cidades” (Sat, 1998). Outro motivo que justificou o sucesso da intervenção foi a preocupação por parte das entidades de gestão do território e utilizadores com a manutenção e conservação do estado dos espaços públicos da Expo 98, sendo por isso este modelo posteriormente seguido como exemplo em outras experiências e projetos através do “Programa Polis” a nível nacional (Figueira, 2012).

Programa esse que tinha como principal objetivo a requalificação das cidades do território nacional tanto a nível urbanístico como ambiental e que tinha como parcerias as respetivas Câmaras Municipais e o Estado (Queiroz e Vale, 2005).

Machado também faz referência aos esforços no cuidado cedido às construções da Expo 98, na medida de conservar a qualidade do património arquitetónico e dos espaços públicos (Machado, 2006).

No entanto nem tudo foi considerado positivo, pois as primeiras críticas ao projeto urbanístico da Expo 98 já começaram a surgir, uma delas prende-se com a continuidade de um território fechado ao exterior e ainda na dificuldade em se integrar no sistema urbano da cidade de Lisboa. Tal como Figueira indica “(...) *uma requalificação mais permeável e global desta área da cidade, não se verificou. Pelo contrário, há uma certa tendência de “condomínio” ou até de “gueto” na versão mais radical, naquilo que se entendia poder ser o motor de um processo mais geral e aberto de reabilitação urbana*” (Figueira, 2012). Neste sentido os principais fatores que contribuem para este distanciamento é a linha ferroviária que quase funciona como fronteira ou linha divisória entre os territórios e posteriormente os edifícios construídos em linha junto desta, na qual acompanham o seu traçado.

² Segundo a informação de uma das publicações da Parque Expo intitulada de “Reinventar o Território”, (s.d).

Quem partilhou da mesma opinião foi Matias Ferreira ao explicar que este projeto urbanístico permitiu que o seu território ficasse encerrado ao seu interior ou se limitasse à sua dimensão expositiva, contrariando assim as suas ideias iniciais, impedindo a sua projeção à escala metropolitana (Matias Ferreira, 1999).

Em síntese, a realização de um evento da dimensão que foi a Expo 98, permitiu que levasse a uma profunda alteração do território a nível urbanístico, pois desencadeou-se um amplo processo de regeneração urbana, onde era necessário demolir todas as instalações industriais existentes para se poder reinventar um novo território e oferecê-lo à cidade de Lisboa. No entanto um dos problemas apontados a este projeto foi a acessibilidade deficiente aos bairros sociais situados na sua envolvente, muito por culpa da presença da linha ferroviária que continua a ser uma barreira, permanecendo assim um determinado afastamento.

3. A Fase de Transição: mudança de contextos e transferência de competências

3.1 Da Expo 98 ao Parque das Nações

Fazendo uma análise à Expo 98, podemos afirmar que o território que foi palco deste grande evento mundial, tem sofrido mudanças ao longo das últimas décadas no que respeita aos usos e funções que lhe foram destinadas. Partindo do início, a área oriental de Lisboa encontrava-se num estado de contínua decadência industrial e com sérios problemas ambientais, a qual foi sobrevivendo de forma isolada da restante cidade. No entanto o estado decadente deste território começou a ser motivo de uma maior preocupação por parte dos organismos da esfera pública devido à necessidade urgente de intervir fisicamente no território, com o objetivo de atribuir-lhe novos usos e funções e restabelecer as relações da cidade com o rio. Entretanto este objetivo foi cumprido com a oportunidade que foi dada a Portugal em poder organizar a Exposição Universal de 1998. O projeto urbanístico na generalidade foi bem concebido dentro dos pressupostos que um processo de regeneração urbana implica na realidade.

Após um período de pouco mais de 4 meses em que decorreu a Expo 98 onde foi inaugurada a 22 de Maio e terminou a 30 de Setembro de 1998, este espaço urbano passou a designar-se de Parque das Nações. As atenções nesta fase estavam agora viradas para qual seria o destino daquele território. Para Guimarães, o processo de reutilização do espaço no período pós-expo deveu-se ao fato de ter sido retomado o plano territorial aprovado em 1994 e que visava a reurbanização do território, permitindo assim a continuação da operação prevista antes da realização do evento (Guimarães, 2006).

Segundo Sat, no âmbito do Plano de Urbanização do território do atual Parque das Nações, houve a necessidade de apresentar uma proposta para se proceder à estruturação por categorias das várias edificações efémeras da Expo 98 adaptando-as às funções inicialmente previstas neste mesmo plano até ao ano de 2010, com o intuito de evitar o surgimento de possíveis efeitos negativos decorrentes do período pós-expo (Sat, 1998).

Aos poucos e de forma gradual foi-se perdendo o conceito da festa associada à Expo e começou-se a adotar uma nova visão urbanística para o território, baseada nas funções residenciais e nas atividades económicas ligadas sobretudo ao sector terciário. O desafio era então integrar o património urbano e edificado que foi herdado da Expo 98 para um novo modelo urbano mais moderno, inovador e assente numa lógica racional de utilização, e que coincidissem com o sistema urbano envolvente. *“O pressuposto de todo o empreendimento é que, fechada a Exposição, o recinto pudesse ser transformado em cidade corrente”* (Figueira, 2012).

Neste contexto, e dada como terminada a Expo 98 foram alguns os esforços no sentido de implementar um modelo que fosse capaz de tentar diminuir as assimetrias existentes entre este território e as áreas urbanas envolventes e em simultâneo surgiu também a preocupação em valorizar e conservar a imagem identitária associada a esta área da cidade de Lisboa.

Por outro lado e de forma prévia, algumas das prioridades em relação aos espaços construídos já estavam traçadas. Uma delas passou por continuar a atrair pessoas ao PN no período pós-expo e para isso desenvolveu-se uma agenda cultural recheada de eventos e cerimónias com o intuito de rentabilizar e reutilizar os equipamentos e pavilhões da Expo 98, contribuindo assim para um território consolidado (Machado, 2006).

Importa ainda salientar que o projeto urbanístico teve a particularidade de ter na sua base um plano que de certa forma possui alguma racionalidade, pois foi pensado para ser executado em dois períodos distintos. O primeiro período ocorreu durante a Expo 98, no qual planearam grande parte das alterações estruturais da área de intervenção. Exemplos destas alterações foram as ações de limpeza e a edificação de infraestruturas e equipamentos (os pavilhões temáticos, a marina, o oceanário, a gare do oriente a ponte Vasco da Gama, entre outras), necessários à exposição. Por outro lado, pensou-se também num segundo período temporal, que se refere à utilização deste espaço após a exposição. Através da criação do Parque das Nações, um espaço urbano multifuncional, que funcionasse como pólo de atracção de população e atividades económicas e comerciais, e que voltasse a reaproximar a população com a frente de água, ou seja, pretendia-se a devolução do rio à cidade e Lisboa.

A conceção do espaço urbano do Parque das Nações baseou-se na mesma lógica de ordenamento e de elevada qualidade arquitetónica e urbanística que se refletiu na operação da Expo 98. Para tal optou-se pela manutenção da definição das relações do rio com a cidade, da valorização da vertente ambiental e paisagística, e de assegurar a inserção do território na rede urbana como nova área central. Seguiu-se também algumas das diretrizes e metas estratégicas que tinham sido delimitadas no início da elaboração do plano territorial, sobretudo a inclusão das funções de natureza residencial e empresarial, através da oferta de vários serviços tais como a hotelaria, de ensino escolar, de saúde, outros de carácter público e atividades como as de restauração e comerciais, para além de uma vasta área dotada de equipamentos e infraestruturas para uso lúdico, lazer e desportivo e de espaços verdes (Guimarães, 2006).

No entanto um dos assuntos mais polémicos em relação a este território e que foi muito debatido, prendeu-se com a forma de rentabilizar os investimentos financeiros concretizados com a Expo 98, que se baseou no conhecido sistema “custo zero” cujas receitas do setor imobiliário cobriam todas as despesas associadas ao projeto urbanístico. No entanto esta fórmula de gestão não obteve os resultados esperados, pois levou a uma forte pressão urbanística na ZI. Esta situação contante de especulação imobiliária afetou o conceito de cidade sustentável e idealizada, pois tinha sido substituída pela proliferação de condomínios privados comuns (Figueira, s.d.).

Após o fim da Expo 98 alguns dos espaços existentes foram reconvertidos para novos usos e outros foram construídos de origem, começaram a surgir as primeiras superfícies comerciais e lojas âncoras no Parque das Nações. No ano 1999 foi inaugurado o Centro Comercial Vasco da Gama, procedeu-se à reabertura de um dos anteriores pavilhões temáticos através da alteração das suas funcionalidades para dar lugar a um amplo espaço de exposições designada de Feira Internacional de Lisboa (FIL). Outro pavilhão reconvertido foi o Pavilhão da Utopia, transformado numa grande sala multiusos sobretudo para a realização de espetáculos musicais, conferências nacionais e internacionais e outro tipo de eventos de carácter lúdico ou cultural, que já sofreu também algumas alterações na sua designação, tal como Pavilhão Atlântico, depois Meo Arena e atualmente designado de Altice Arena. Com o término da exposição, terrenos e outros elementos foram colocados à venda, quer para funções habitacionais quer para

a instalação de escritórios/empresas. Alguns pavilhões foram vendidos a entidades de administração pública, sendo aplicados a outro quadro de funções.

Estas reconversões observadas no território que acolheu a Expo 98 permitiram a alteração ou transformação funcional de grande parte da área do Parque das Nações, permitindo um contexto urbano muito diferente do que era anteriormente. Em alguns casos, essa transformação pouco ou nada de positivo acrescentou à cidade, mas, noutros casos, pode ter significado novos ganhos para o meio citadino envolvente. No caso específico do Parque das Nações, apesar de existir a ideia de que este território apresenta dificuldades de integração e articulação com o resto da cidade, não se pode negar que Lisboa ganhou uma nova dimensão natural, principalmente porque desde o projecto inicial existiu uma preocupação em oferecer ou acrescentar à cidade uma ampla área de espaços verdes, e essa questão não foi excluída mesmo após a exposição. É certo que o Parque das Nações não se pode definir como sendo uma cidade jardim, mas os espaços verdes existentes fazem parte da sua imagem paisagística.

A dimensão que o Parque das Nações acrescenta à cidade de Lisboa parece ter mais a ver com a novidade que este espaço encerra. Passou-se de uma exposição que pretendia celebrar a história do país, para um empreendimento urbano que articula vários pólos de atração. Há que referir que encontramos neste espaço alguns sinais que remetem para um território onde a criatividade, a cultura, a inovação e a tecnologia são valores que não foram esquecidos após a realização da Expo 98, mas sim que continuaram a ser estimulados. As condições em que este processo se desenvolve é que são diferentes devido a períodos temporais distintos.

Na atualidade, o PN trata-se de um espaço de destino turístico e de lazer devido a continuar a ser muito procurado diariamente para diversos fins e necessidades. O turismo nesta área territorial deve-se à beleza do património edificado e arquitetónico e à relativa proximidade com o Aeroporto de Lisboa, com o qual já existe ligação via metropolitano, e à estação ferroviária da Gare do Oriente, contribuindo assim para que o Parque das Nações seja cada vez mais, um espaço multifacetado.

A maior preocupação era não repetir a experiência da Exposição de Sevilha de 1992 como já mencionado anteriormente, e neste cenário coube à entidade da Parque Expo assumir as competências relacionadas com a gestão urbana e elaborar um conjunto de premissas que viriam a influenciar o seu campo de intervenção no território.

As principais foram: *“a consolidação da imagem do antigo recinto, agora rebaptizado de Parque das Nações, como um espaço essencialmente lúdico e pedagógico; o alargamento do conceito corporizado no Parque das Nações a toda a zona de intervenção; e “a garantia de uma qualidade urbana de excelência”* (Machado, 2006: 108).

3.2 Da Parque Expo ao Município de Lisboa: a evolução da gestão urbana

Neste capítulo iremos abordar o modelo de gestão urbana adotado no território da Expo 98. O projeto urbanístico e o próprio evento da Expo 98, era e continua a ser considerado uma experiência de sucesso, sendo já visto como um caso de estudo quando analisado no panorama internacional. O sucesso desta intervenção que posteriormente passou a ser seguida como exemplo para outros projetos de regeneração não se deveu apenas ao fato de pensar o território numa perspetiva sustentável e de “fazer cidade” a longo prazo, mas também à implementação de um novo modelo de gestão urbana mais inovador que só por si era uma novidade no campo de ação em matéria de planeamento e ordenamento do território em Portugal. Este novo modelo de GU assentou na introdução de métodos, técnicas e meios mais eficazes e adequados aos contextos urbanos. Tal como Machado explicita *“(...) envolveu a aplicação de alguns mecanismos de gestão do espaço urbano não correntemente utilizados no quadro do território português”* (Machado, 2002: 276).

A Parque Expo, responsável pela realização da Expo 98, desde o projeto urbanístico, organização do evento e respetiva programação, foi quem continuou a assumir as competências relacionadas com a gestão urbana do Parque das Nações após o fim da exposição. Desde o início das suas funções que a sua estratégia seria continuar a manter os mesmos níveis de qualidade verificados no período da Expo 98. Neste sentido, oferecer uma vasta rede de infraestruturas e equipamentos multifuncionais e criar um novo pólo de atração à escala metropolitana (Portas, 1999; Machado, 2002).

Segundo Machado, esta situação relacionada com a gestão urbana do PN não era a que estava prevista inicialmente, pois o processo contratual da Parque Expo em relação à gestão deste território terminava no final de Dezembro de 1999. Pelo que a

partir daí estas competências passariam a ser partilhadas. Ou seja, assumidas para além desta entidade empresarial, também pelas autarquias de Loures e Lisboa. No entanto isso não foi o que se sucedeu, pois apenas a Parque Expo é que continuou a desempenhar as funções associadas à gestão e administração do território do Parque das Nações (Machado, 2002).

Também Pedrosa faz referência a esta situação ao explicar que a ideia inicial seria atribuir às entidades da administração local de Lisboa e Loures as responsabilidades inerentes à gestão territorial do Parque das Nações, devido ao fato deste território lhes estar sob a sua jurisdição. Esta gestão seria concretizada em comum com a entidade da Parque Expo através da criação de um quadro excecional, de natureza jurídica e financeira. Estava previsto que este cenário iria ser temporário e em simultâneo transitório até à data de conclusão do projeto de reurbanização que neste caso terminava no ano de 2010, fase onde então se procedia à delegação de todas as competências para os dois municípios (Pedrosa, 2013). Mais uma vez esta situação não se observou pelo que a Parque Expo se manteve à frente da gestão urbana do território em questão, durante um período temporal incerto.

Esta ideia de fomentar um processo de gestão urbana de forma partilhada não avançou para a frente, devido ao fato da respetiva legislação não ter sido posteriormente posta em prática na realidade, após a sua aprovação em 2001, que suportava as matérias iniciais relacionadas com o funcionamento das estruturas de gestão para esta área territorial à escala intermunicipal ³.

Segundo Machado, a Parque Expo implementou um modelo de gestão urbana assente num corpo técnico especializado reduzido e, ao mesmo tempo, organizado e articulado, tendo em vista o desenvolvimento de trabalhos de avaliação, análise e conhecimento de matérias. Neste modelo destacaram-se duas linhas de intervenção, a primeira estava direcionada para o controlo e fiscalização dos espaços públicos através do registo de danos ou problemas ocorridos no território e de seguida a sua introdução nos programas de sistemas de informação geográfica por via da técnica de georreferenciação, na medida de poder ajudar na respetiva resolução. A segunda linha

³ Decreto-Lei nº 165/2001 de 23 de Maio, referente à aprovação do quadro legal e jurídico que autorizou a operacionalização conjunta das funções públicas em termos de gestão urbana à escala intermunicipal do território da Expo 98, ao incluir nestas, as autarquias de Lisboa e Loures.

de intervenção focou-se na criação de um quadro de indicadores urbanísticos, que integrava informação estatística sobre a população, ambiente, economia entre outros, necessários à prossecução de um sistema de gestão integrado (Machado, 2002).

O modelo de gestão urbana executado pela Parque Expo pretendia o desempenho de funções e o desenvolvimento de iniciativas com base num orçamento financeiro equilibrado e sustentável e em simultâneo que pudesse contribuir para um elevado quadro de padrões ecológicos. De entre as funções concretizadas destacam-se a prestação de serviços de manutenção dos espaços públicos e respetivos equipamentos, a limpeza e preservação das áreas verdes, a operacionalização e o saneamento das infraestruturas básicas, a manutenção do mobiliário público e urbano e a gestão do tráfego automóvel em parceria com as autoridades (Machado, 2002).

Para além da realização de estudos de planeamento e de impacto ambiental do território, que são procedimentos normais e necessários à gestão urbana. Um dos motivos que justificou o sucesso deste modelo de gestão foi a concretização de um processo de participação pública, que contou com a integração dos agentes territoriais de forma contínua, que pretendia alertar para a importância da conservação e manutenção do espaço público e atender às suas principais preocupações e necessidades. Este processo dividia-se em dois períodos temporais, segundo Machado “ (...) a valorização de um modelo de cidadania participativa, agregando a entidade gestora do espaço e alguns agentes locais, (...) afirma-se em dois tempos sucessivos, um primeiro numa consciencialização do utente perante o espaço partilhado (...) e um segundo por rectificar algumas fraquezas imprevistas ou menos visíveis, postas a descoberto através das reclamações diversificadas” (Machado, 2002: 278).

Tal como referido anteriormente, a Parque Expo, na ausência da gestão partilhada entre as entidades públicas já identificadas, continuou a operar e a garantir as funções inerentes à gestão urbana do território do Parque das Nações praticamente até 2011 (Pedrosa, 2013), ano em que então o Estado Português manifestou as suas intenções de proceder à extinção desta empresa. Os motivos que justificaram esta decisão por parte do governo, podem estar relacionados sobretudo com a conjuntura de crise económica que se fazia sentir em Portugal, e aos consequentes cortes no orçamento global e despesa pública.

O tempo entre a intenção manifestada e a tomada de decisão final, não demorou mais que um ano, pois esta ideia avançou nomeadamente em 2012, ano em que foi aprovado o quadro legislativo referente à concretização do processo de transição e transferência das competências e responsabilidades associadas à gestão urbana dos espaços públicos e respetivas infraestruturas e equipamentos do Parque das Nações para a autarquia de Lisboa.⁴ Importa referir que a autarquia de Loures ficou de fora deste processo de transição e transferências ligadas à gestão urbana do Parque das Nações, devido na altura estar em vias de ser também implementado a nova reforma administrativa das freguesias⁵, que em caso de aprovação, resultaria na passagem da administração de parte do seu território localizado no Parque das Nações para a alçada do município de Lisboa. O que de fato veio posteriormente a acontecer, pois os limites administrativos do território foram reconfigurados. Neste contexto o município de Lisboa ficou encarregue de assumir na íntegra a administração e a gestão deste território.

Para além de aprovar a transmissão das competências em matéria de gestão urbana, bem como os equipamentos urbanos e infraestruturas básicas existentes, o mesmo documento legislativo propôs também a transferência para o município de Lisboa as opções de investimento concretizadas, os diversos contratos em vigor para a realização de serviços e o conjunto de propostas de projetos e obras executadas e previstas pela Parque Expo para a área territorial do Parque das Nações.

Após a publicação desta legislação, o Município de Lisboa começava a assumir as funções associadas à gestão urbana do Parque das Nações, nomeadamente no início do mês a seguir à data da aprovação do presente documento legal. A partir daí esta autarquia tornava-se responsável pelo desempenho de trabalhos ou serviços, que tinham como finalidades: preservar e manter limpos os espaços públicos e áreas verdes, manter e gerir as infraestruturas básicas e urbanas, fiscalizar ou controlar os diversos usos do espaço, garantir bons níveis ambientais, gerir ou administrar o património

⁴ Segundo a análise da publicação em Diário da República do Decreto-Lei nº 241/2012 de 6 de Novembro, que aprova a transferência para a autarquia de Lisboa das competências relacionadas com as infraestruturas e bens pertencentes ao território do atual Parque das Nações e dos encargos titulares que estavam sobre a responsabilidade da empresa da Parque Expo.

⁵ Lei nº 56/2012 de 8 de Novembro.

pertencente ao município, fiscalizar e ordenar a circulação pedonal e o tráfego automóvel.

Em síntese, a Parque Expo foi a entidade que praticamente garantiu que o Parque das Nações continuasse a ter um espaço de elevada qualidade urbanística desde que a Expo 98 terminou este fato deveu-se à execução de um modelo de gestão urbana integrado e adequado às especificidades do território e tinha em conta as necessidades e os interesses dos vários agentes territoriais. No entanto, a partir do momento em que o governo português toma a decisão de levar à extinção da Parque Expo e em seguida transferir as funções de gestão urbana para o Município de Lisboa, que o estado do território começou aos poucos a entrar em degradação.

Desde que a autarquia de Lisboa passou a ser a entidade competente ou responsável pela gestão urbana e territorial do Parque das Nações que os problemas urbanos na área em questão, embora recentes, começaram a surgir com maior intensidade e com mais frequência. Este crescente número de problemas tem vindo a ser ultimamente motivo de alguma consternação e ou preocupação por parte dos cidadãos em geral que usufruem deste espaço físico, mas sobretudo por parte da população residente que é quem tem um maior contato com o território.

Partindo destas premissas, o próximo capítulo pretende identificar e discutir os diversos problemas urbanos que têm surgido no território, e consequentemente têm vindo a prejudicar aos poucos o prestígio, a imagem e a elevada qualidade de vida urbana que o Parque das Nações possui na atualidade.

4. Parque das Nações: Uma perspetiva atual dos problemas urbanos

4.1 Levantamento dos problemas urbanos

Depois de uma análise aprofundada sobre o evento da Expo 98 e do seu projeto urbanístico, e da fase de transição de competências sobre a gestão urbana da Parque Expo após a sua extinção para o município de Lisboa, no presente capítulo pretendemos identificar e analisar os diversos tipos de problemas urbanos que o território do PN tem vindo a sofrer nos últimos anos.

A emergência de problemas urbanos, em qualquer contexto territorial em que se desenvolve, criam sempre efeitos negativos ou indesejáveis e desequilíbrios nos sistemas urbanos, levando por vezes ao surgimento de conflitos entre os diversos agentes territoriais e as comunidades locais. A origem dos problemas urbanos, tal como já foi referido anteriormente, não é de todo recente, no entanto estes passaram a ser mais significativos desde que se começou a assistir a um fenómeno de crescimento urbano intenso e desordenado, a uma forte pressão urbanística, a uma degradação do edificado, das infraestruturas e equipamentos, ou a uma má usufruição dos espaços urbanos, o que levou na maioria dos casos a um agravamento dos problemas urbanos foi a ausência de uma intervenção adequada. Perante este estado decadente, o aumento destes problemas é, infelizmente, cada vez mais uma realidade.

Em alguns casos, os problemas urbanos possuem características comuns, como a sua natureza, origem e repercussão noutros casos podem ser diferentes devido a múltiplos contextos territoriais ou urbanos, e estes problemas sejam eles internos ou externos, são sempre vistos como ameaças à qualidade de vida da população urbana. Quando a proliferação dos problemas urbanos está associada a uma ausência ou a uma má intervenção por parte da esfera pública, a sua atuação e gestão é sempre questionada pelas comunidades locais. Ou seja, neste sentido, questiona-se o conjunto de soluções adotadas e a capacidade e eficiência de atuação da Administração Pública para superar os problemas urbanos, pois muitas vezes depois de concretizadas determinadas intervenções, os problemas continuam a persistir, sem que haja uma previsão para o seu fim.

Na presença deste cenário quase que equiparado a um ciclo vicioso, o município de Lisboa desde que assumiu a responsabilidade pela gestão do Parque das Nações, tem pela frente a difícil missão de tentar manter o bom estado deste território e os elevados níveis de qualidade de vida que caracterizam. No entanto, e passado alguns anos parece que o cumprimento desta missão está longe de ser alcançada pois alguns dos problemas urbanos no Parque das Nações já são visíveis e difíceis de resolver devido à sua complexidade. De seguida apresenta-se uma análise e avaliação detalhada do contexto urbano atual do Parque das Nações.

O levantamento dos problemas urbanos existentes no Parque das Nações, foi realizado durante o mês de Julho do ano 2017, pelo que alguns destes problemas a seguir analisados, podem já estar resolvidos atualmente, ou estarem em vias de serem solucionados. Outro aspeto que importa referir é que o presente processo de análise pretende ser uma fonte de informação para posteriormente estes problemas urbanos possam ser resolvidos de forma mais adequada.

a) Problemas de degradação em Espaços Públicos

Uma das heranças deixadas pela Expo 98, tal como anteriormente referido, foi a possibilidade de oferecer à cidade de Lisboa um novo território, reconvertido a nível urbanístico e dotado de espaços públicos de grande dimensão e qualidade, e com grande capacidade de integração no sistema urbano das cidades. No entanto, na atualidade já começam a ser visíveis problemas de degradação e danificação em alguns espaços públicos, resultado de uma elevada utilização ou usufruição destes ao longo dos anos, devido ao fato do Parque das Nações ser um território com bastante procura. Outro motivo que pode também estar na origem desta situação é a falta de um processo de intervenção de forma contínua por parte das entidades públicas que possuem competências no âmbito da gestão urbana e territorial.

O contínuo agravamento do estado destes espaços públicos, sobretudo ao nível da superfície ou do pavimento tem dificultado a mobilidade das pessoas, tal como se verifica na área do Parque Tejo nomeadamente no passeio do Trancão, onde os passadiços de madeira têm vindo cada vez mais a entrar em deterioração, pelo que neste sentido, a sua manutenção tem sido deficitária (figura 4). O mesmo problema

(Figura 5), também existe na Avenida da Alameda dos Oceanos, sendo esta uma das artérias com maior utilização no Parque das Nações.



Figura 4. Danificação dos passadiços em madeira no Parque Tejo.



Figura 5. Deterioração dos passadiços em madeira na Alameda dos Oceanos (Zona Sul).

Na Alameda dos Oceanos, o mesmo problema acontece, mas em alguns casos devido a causas diferentes. Tal como se observa junto a algumas árvores em o que desenvolvimento das suas raízes têm danificado o pavimento de betão à superfície (Figura 6). A existência de pavimentos degradados pode significar um obstáculo à mobilidade e livre circulação de pessoas nesta avenida. Outro problema levantado nos espaços públicos é a falta de manutenção de alguns passeios, sobretudo localizados em

áreas de grande afluência, acentuando a crescente degradação (Figura 7). A presença de vegetação arbórea nos espaços públicos do Parque das Nações, foi um dos elementos mais importantes a integrar no projeto urbanístico da Expo 98, contribuindo para o aumento dos valores ecológicos. No entanto o estado atual da arborização, sobretudo no que respeita à dimensão das copas arbóreas e existe a probabilidade de queda dos seus troncos, revela uma falta de cuidado e conservação (Figura 8).



Figura 6. Danificação do pavimento em betão na Alameda dos Oceanos.



Figura 7. Passeio em estado de degradação na zona sul do Parque das Nações.



Figura 8. Mau estado da arborização na Alameda dos Oceanos.

O projeto urbanístico da Expo 98 implicou a reconversão de uma ampla área territorial, no entanto com o decorrer do tempo alguns espaços começaram a contribuir para uma fragmentação contínua do território. A principal razão que justifica esta tendência é que já é visível a existência de alguns espaços inutilizados. Alguns exemplos desta situação são as áreas localizadas junto à marina, que funcionaram como vias de circulação rodoviária durante o período da Expo 98, e com o decorrer do tempo foram deixados ao abandono, estando atualmente num estado decadente e onde prolifera alguma vegetação (Figura 9).



Figura 9. Falta de manutenção de antigas áreas de estacionamento.

b) Problemas de higienização e limpeza

Um dos fatores que mais contribui para importância dos espaços públicos para além da sua conceção urbanística e capacidade de oferta de equipamentos, funções e serviços para usufruto da população, é a existência de espaços limpos e cuidados, o que em muito contribui para a sua preservação e qualidade. Neste sentido, o Parque das Nações sempre se caracterizou por ser um espaço limpo, mesmo até depois de terminada a Expo 98. Uma das principais prioridades traçadas pela Parque Expo ao nível da gestão urbana, era ter um grande cuidado com os espaços públicos, de maneira a que pudesse continuar a manter a atração e visibilidade do território. Para isso muito contribuíram as funções desempenhadas em termos de manutenção, higienização e limpeza dos espaços públicos. A partir do momento em que houve a mudança de gestão e a autarquia de Lisboa assumiu a mesma, que no território do Parque das Nações têm vindo a aumentar os problemas associados à falta de limpeza destes espaços. Os problemas registados referem-se sobretudo a uma maior frequência de casos de vandalismo associado ao *graffiti* em algum edificado (Figura 10), pelo que carecem de ações de limpeza mais regulares.



Figura 10. Existência de vandalismo junto à Gare do Oriente.

Um dos maiores problemas no Parque das Nações, sobretudo durante a estação de Outono é a grande frequência de queda de folha caduca das árvores, que em alguns casos chega mesmo a atingir grandes proporções devido à falta de limpeza de forma regular. Em algumas ruas, a existência de camadas ou coberturas de folha caduca junto dos passeios e das bermas da estrada podem levar a um eventual entupimento das estruturas de escoamento das águas (Figura 11). Esta situação pode significar um problema sério para a gestão urbana, pois existe a necessidade de reforçar os serviços de higienização e de limpeza. Noutros casos em geral, podem ditar o afastamento das pessoas em relação a determinadas áreas de lazer, uma vez que não reúnem condições básicas em relação à sua limpeza (Figura 12).



Figura 11. Existência de grandes coberturas de folha caduca



Figura 12. Existência de queda de folha caduca em algumas zonas de lazer.

Outro tipo de problemas registados nos espaços públicos e que são visíveis com bastante frequência é a existência de dejetos de animais domésticos, um aspeto que importa referir é que este problema se intensificou a partir do momento em que alguns dispensadores para dejetos foram retirados ou destruídos. A presença de alguns resíduos de plástico e lixo é outro problema observado no território do Parque das Nações. A falta de limpeza e recolha de forma regular resulta por vezes numa acumulação de lixo e sujidade, o que tem sido motivo de consternação e preocupação por parte da população residente (Figura 13).



Figura 13. Acumulação de lixo no jardim Parque Tejo.

c) Problemas nos espaços verdes

Um dos objetivos iniciais do projeto urbanístico da Expo 98 passava pela valorização da vertente natural e paisagística, através da criação de amplos espaços verdes de qualidade, que pudessem estabelecer o contato com a natureza em ambiente urbano, e em simultâneo proporcionar momentos de recreio e de lazer. Neste sentido, foram construídos jardins e outras áreas verdes ao longo do território do Parque das Nações. No entanto, como outro qualquer espaço físico urbano que não tenha uma gestão eficiente e regular, também estes acompanharam a tendência de uma contínua degradação, devido à manutenção ter sido insuficiente nos últimos anos.

Na avenida da Alameda dos Oceanos algumas coberturas verdes em canteiros ou floreiras estão praticamente inexistentes na atualidade, pois a relva e outras espécies autóctones de vegetação foram aos poucos entrando em degradação. A falta de manutenção por parte das equipas técnicas e de funcionamento dos sistemas de rega têm contribuído para o agravamento desta situação ao longo do tempo (Figura 14).



Figura 14. Falta de manutenção dos espaços verdes na Alameda dos Oceanos (lado norte).

Outro espaço verde que também entrou num contínuo estado de degradação foi o Jardim do Cabeço das Rolas. Na altura em que foi realizado o presente levantamento, foi possível observar que em alguns caminhos ou acessos pedonais existentes neste jardim revelavam já problemas associados à falta de manutenção e gestão. Pois eram cada vez mais visíveis, o crescimento e a proliferação de ervas daninhas ao longo destes percursos (Figura 15). Outro problema observado neste jardim foi o crescimento em altura de vegetação arbustiva sem qualquer tipo de controlo, e sobretudo em locais direccionados para o descanso ou repouso, tais como junto de alguns bancos. As principais consequências do estado da vegetação verificado no caso deste jardim são que podem dificultar a normal utilização dos bancos existentes assim como condicionar a total visibilidade em relação à área envolvente (Figura 16).



Figura 15. Mau estado dos espaços verdes no Jardim do Cabeço das Rolas.



Figura 16. Existência de vegetação em altura no Jardim do Cabeço das Rolas.

Um dos espaços verdes que mais entrou em declínio paisagístico foram os Jardins Suspensos situados junto da estação ferroviária da Gare do Oriente. Segundo a análise e avaliação deste espaço, a cobertura verde era já praticamente inexistente em toda a sua extensão, e a pouca cobertura que ainda existe encontra-se seca. Outro aspeto observado é que os canteiros em redor das árvores foram quase todos destruídos. Neste caso a rápida intervenção neste espaço, deve ser umas prioridades a estabelecer por parte das entidades competentes, evitando a previsão de um cenário ainda mais negativo e de total abandono (Figura 17).



Figura 17. Degradação dos Jardins Suspensos.

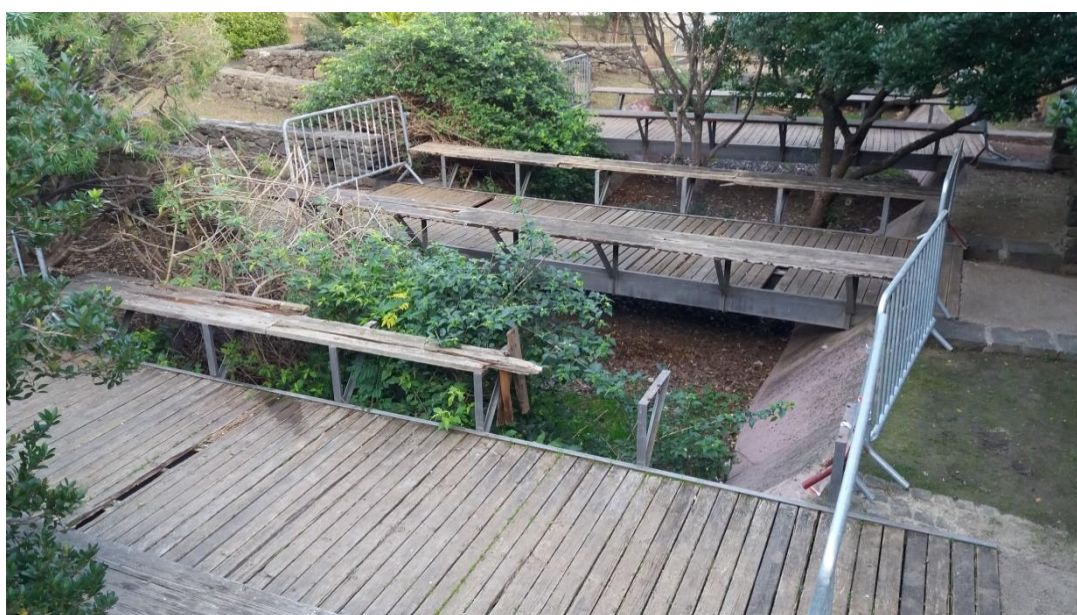


Figura 18. Degradação do Terceiro Talhão do Jardim Garcia da Horta.

Um dos espaços verdes mais procurados pela população, é o Jardim Garcia da Horta, devido ao fato de estar localizado numa área mais central do Parque das Nações e por ser de fácil acessibilidade. No entanto, a elevada utilização deste espaço levou com que entrasse também em decadência, sobretudo ao nível das estruturas de acesso pedonal. No entanto na fase do presente levantamento funcional, importa referir que o Jardim Garcia da Horta estava em vias de ser intervencionado, tendo em vista a sua melhoria funcional e o seu estado de conservação (Figura 18).

Por fim, outro dos espaços verdes que são muito utilizados pelo público em geral são os que estão localizados no Parque Tejo, estes espaços caracterizam-se pela sua grande dimensão e abertura às áreas urbanas envolventes e pela oportunidade de oferecer um contato direto com o Rio Tejo. Nesta vasta área verde, é possível encontrar já alguns problemas pontuais resultantes de falta de manutenção, tal como a proliferação e o crescimento irregular de vegetação ripícola junto ao rio (Figura 19).



Figura 19. Mau estado dos espaços verdes junto ao Rio Tejo.

Uma das grandes prioridades que as entidades da administração pública devem estabelecer, passa por valorizar as áreas verdes integradas nos espaços urbanos, pois estas para além de contribuir para a melhoria da qualidade a nível ambiental e para um eficiente funcionamento dos sistemas naturais, também permitem melhorar a articulação entre estas zonas e a área territorial envolvente e para a melhoria da qualidade de vida urbana.

d) Problemas de dragagem do Rio Tejo

Um dos elementos naturais mais emblemáticos da cidade de Lisboa é o Rio Tejo. Sendo por isso que um dos principais objetivos iniciais do projeto urbanístico da Expo 98 foi de para além de reconverter um território em decadência industrial foi a devolução do rio à cidade. A forma como foi concebido o projeto de regeneração urbana permite uma grande acessibilidade e um contato direto com este importante rio ao longo de quase 5 kms de extensão. No entanto um dos problemas que continua a perdurar desde o período da exposição prende-se com a ausência de uma gestão adequada. A falta de dragagem da margem do Rio Tejo tem sido um dos grandes problemas que este território tem vindo a enfrentar nos últimos anos, e isto também se tem traduzido num sério desafio para as entidades de gestão do território.

O problema da falta de dragagem dos rios pode levar ao aparecimento de fenómenos naturais, por vezes imprevisíveis, tais como a ocorrência de cheias sobretudo em períodos em que se regista uma intensa precipitação. Numa situação inversa, pode-se verificar um esvaziamento ou uma redução do caudal do rio, e a falta de dragagem neste caso pode levar à acumulação de materiais orgânicos e outros poluentes, estes últimos são resultado de descargas efetuadas.

O problema neste território prende-se nomeadamente com esta segunda situação, pois a falta de dragagem da margem do Rio Tejo tem aumentado os problemas associados a odores intensos que são gerados pelos grandes depósitos de lamas sedimentadas. Estas situações ocorrem com mais frequência sobretudo durante a estação do Verão, e tem sido motivo de preocupação por parte da população residente (Figura 20).



Figura 20. Existência de lamas sedimentadas na margem do Rio Tejo.

e) Problemas nos equipamentos e mobiliário urbano

A concretização do projeto urbanístico da Expo 98 permitiu que o território do Parque das Nações ficasse dotado de equipamentos e de um mobiliário urbano diversificado que se integram de forma distinta na paisagem urbana. Estes objetos referem-se a construções de diferentes dimensões e são considerados como elementos secundários ou complementares inseridos na malha urbana. A existência de uma vasta rede de equipamentos no Parque das Nações tinha como objetivo servir para múltiplos usos e funções e corresponder a diferentes necessidades e interesses do público geral. No entanto estes equipamentos e objetos de mobiliário urbano começaram a não resistir à evolução do tempo e a uma excessiva utilização ou em alguns casos a um uso inadequado, e entraram em declínio funcional devido a diversas razões. Na atualidade são vários os problemas de degradação urbanística que levaram consequentemente a um declínio funcional dos equipamentos existentes no território. No Parque Tejo, por exemplo, o equipamento desportivo designado de *skate park* tem vindo nos últimos anos a estar cada vez mais degradado e é notório o registo de vandalismo associado ao *graffiti*. O estado em que se encontra este equipamento tem prejudicado de alguma forma a qualidade da paisagem urbana do Parque das Nações (Figura 21). Outro motivo que pode também contribuir para o agravamento do estado do *skate park* é o seu

relativo afastamento em relação à área central do Parque das Nações, devido à sua localização no território ser marcadamente periférica. Ou seja, a sua localização atual não tem vigilância suficiente para evitar este tipo de problemas.



Figura 21. Estado de degradação *do skate park* no Parque Tejo.

Na avenida da Alameda dos Oceanos também já existem problemas funcionais em alguns equipamentos, nomeadamente em alguns vulcões, que foram um dos elementos de grande atração durante a Expo 98. Atualmente parte deles encontram-se inoperacionais e em franca degradação, prejudicando a imagem e visibilidade de uma das artérias mais movimentadas do Parque das Nações (Figura 22). Os motivos desta situação podem estar relacionados aos elevados custos associados à gestão e manutenção destes equipamentos e dos seus sistemas operativos. Pelo que neste cenário, torna-se necessário encontrar alternativas em termos de equipamentos urbanos mais eficientes e sustentáveis para a gestão urbana, para poder alterar o estado atual desta avenida.



Figura 22. Degradação dos sistemas dos vulcões e sua envoltória.

O mobiliário urbano existente no território do Parque das Nações acompanhou a mesma tendência dos restantes equipamentos, alguns destes encontram-se atualmente danificados e destruídos, necessitando de uma intervenção urgente para serem substituídos ou em alguns casos, melhorados. No Parque Tejo, sobretudo junto do Passeio do Trancão e do Passeio do Tejo é possível observar ao longo dos percursos, seja junto ao rio ou mais no seu interior, a existência de postes de iluminação destruídos que podem causar alguma insegurança e menor visibilidade junto das pessoas que aí circulam, sobretudo durante os períodos noturnos (Figura 23).

A existência de sinalética danificada ou degradada é dos problemas que ocorrem com bastante frequência no Parque das Nações. Um dos tipos de sinalética que são mais afetadas por estes problemas, são os sinais de informação rodoviária (Figura 24), e estes resultam de diferentes motivos, tais como a ocorrência de acidentes, ação do vento ou da chuva, entre outros. Outro tipo de sinalética que também é muito prejudicada por este tipo de problemas, são os pontos de informação localizados junto de elementos esculturais e patrimoniais que foram herdados da Expo 98. Tal como a obra de arte triangular que está situada numa das áreas verdes do Parque Tejo e que foi oferecida pela Embaixada do Japão⁶. Atualmente esta escultura não possui qualquer sinalética de informação, assim como lhe faltam também algumas peças que fazem parte da sua

⁶ Segundo a informação não publicada e gentilmente cedida pela UITOR.

constituição (Figura 25). Outra sinalética que se encontra na atualidade num crescente estado de degradação, e que foi muito utilizada durante o evento da Expo 98 é a que está situada junto ao Casino de Lisboa. Estes painéis de grande dimensão foram bastante usados sobretudo para fazer publicidade alusiva à Expo 98, e a outras campanhas publicitárias relacionadas (Figura 26). Um dos motivos que levou ao estado de degradação atual destes painéis foi principalmente a falta de manutenção nos últimos anos.



Figura 23. Danificação dos postes de iluminação no Parque Tejo.



Figura 24. Danificação da sinalética rodoviária.



Figura 25. Inexistência de sinalética de informação sobre a obra de arte e também falta de peças.



Figura 26. Painéis de publicidade degradados junto ao Casino de Lisboa.

Outro tipo de mobiliário urbano e equipamentos que sofreram atos de vandalismo e que estão também degradados são alguns dos vários locais espalhados pelo Parque das Nações, constituídos por mesas e bancos de betão destinados ao descanso ou repouso. Este cenário atual pode justificar em parte algum afastamento ou desinteresse na sua utilização pelas pessoas (Figura 27). Neste sentido, torna-se necessário proceder

se a ações de manutenção e de limpeza, tendo em vista uma melhor usufruição destes espaços.



Figura 27. Existência de mobiliário urbano vandalizado e degradado.

A colocação de elementos designados de pilaretes, que funcionam como barreira ou obstáculo, ao longo das principais artérias do Parque das Nações tinha como objetivo limitar a circulação automóvel e dar mais importância à circulação pedonal, permitindo um uso quase total de parte dos espaços públicos, sobretudo da avenida da Alameda dos Oceanos, ficando esta área praticamente livre de trânsito rodoviário, sendo apenas servida por uma via destinada a este fim. Nos últimos tempos, o aumento da circulação automóvel e a concretização de algumas alterações ao nível do trânsito rodoviário levou a que os pilaretes existentes comesçassem a ser cada vez mais, encarados como um problema. A destruição de pilaretes verificada um pouco por toda a área territorial do Parque das Nações tem sido um dos problemas contantes e isto deve-se a diversos motivos, tais como a ocorrência de acidentes, a procura de espaços para estacionamento, ou para efetuar cargas e descargas devido à proximidade a estabelecimentos comerciais e de restauração (Figura 28).



Figura 28. Existência de pilaretes danificados.

f) Problemas das infraestruturas

Foi necessário construir um conjunto de infraestruturas físicas ao longo da área territorial, quer ao nível subterrâneo quer ao nível da superfície, na medida de poder responder às necessidades básicas da população. Ao nível subterrâneo procedeu-se à construção e instalação de infraestruturas de suporte e apoio ao escoamento de resíduos urbanos e de abastecimento de água e de energia, tal como a galeria técnica, sistemas de águas frias e quentes, entre outras infraestruturas. Importa referir que devido ao fato deste tipo de infraestruturas se localizarem ao nível do subsolo, não foi possível analisar o seu estado físico e de manutenção neste subcapítulo, no entanto estas serão posteriormente analisadas com base na informação recolhida através da realização de entrevistas.

De entre as infraestruturas construídas e visíveis à superfície no território, destacam-se os sistemas de caleiras, a ETAR de Beirolas e a grande infraestrutura de acessibilidades, ou seja, a Ponte Vasco da Gama. Estas infraestruturas físicas apresentam também já alguns problemas na atualidade.

Os sistemas de caleiras de águas pluviais encontram-se danificados e degradados devido à falta de manutenção e de limpeza. Este problema é visível em algumas ruas e avenidas, e esta situação problemática agrava-se sobretudo com a ocorrência de fortes precipitações e existe neste caso o risco de inundação e entupimento destes sistemas de escoamento (Figura 29). Perante este cenário torna-se necessário proceder-se à substituição ou reconstrução de sistemas mais danificados ou a uma limpeza mais regular nomeadamente em períodos de previsão de precipitação.



Figura 29. Estado de degradação das caleiras de águas pluviais.

A infraestrutura física e de caráter básico que também enfrenta problemas é a ETAR de Beirolas. Esta infraestrutura na atualidade tem vindo a apresentar dificuldades em suportar o tratamento de águas e esgotos provenientes de todo o território e população do Parque das Nações. Uma das razões para esta situação verificada prende-se com a crescente expansão urbanística registada nos últimos anos neste território, pois as suas atuais estruturas de funcionamento não estão preparadas e não possuem capacidade suficiente para responder às reais necessidades. Outro problema registado e relacionado com esta infraestrutura são os odores sentidos com bastante frequência

pela população, devido à proximidade à ETAR (Figura 30). A solução para resolver este problema passa por concretizar operações de manutenção, reabilitação e sobretudo de ampliação desta infraestrutura. Neste sentido, existe a intenção de avançar com esta intervenção, estando a obra já adjudicada para o início de 2018.⁷



Figura 30. Infraestruturas da ETAR de Beirilol. **Fonte:** www.jf-parquedasnacoes.pt. Acesso em 26/10/2017.

Outra infraestrutura que sofreu alguma degradação ao longo do tempo foram os pilares de suporte da Ponte Vasco da Gama. Segundo a informação cedida pela entidade da UITOR relativa às intervenções e obras, estava anteriormente patente em alguns pilares um projeto de arte urbana que, no entanto, foi posteriormente vandalizado com vestígios de *grafiti*, pelo que existe a necessidade de realizar ações de limpeza e manutenção nos pilares afetados, pois o estado atual transmite uma imagem negativa para a paisagem urbana envolvente. A mesma entidade menciona que as competências relacionadas com a manutenção e limpeza desta grande infraestrutura são da responsabilidade da empresa LUSOPONTE, pelo que neste caso a autarquia de Lisboa não pode intervir na resolução deste problema (Figura 31).

⁷ A obra de intervenção e melhoria da ETAR de Beirilol já foi adjudicada e será da responsabilidade da entidade que detém a gestão desta infraestrutura, a “Águas do Tejo Atlântico S.A. Informação disponível em <https://www.jf-parquedasnacoes.pt/pt/reuniao-com-responsaveis-pela-etar-de-beirilol>



Figura 31. Vandalismo e *graffiti* nos pilares da Ponte Vasco da Gama.

g) Problemas de trânsito rodoviário

O Parque das Nações trata-se de uma área onde a circulação automóvel é elevada, sobretudo nas principais artérias existentes neste território ou noutras acessibilidades que lhe são contíguas. Nas cidades é muito frequente a existência de problemas rodoviários, tais como o elevado congestionamento de trânsito e a existência de estacionamento em locais inadequados ou proibidos, e esta realidade não é exceção no Parque das Nações. Nos últimos anos um dos maiores problemas observados ao nível do trânsito no Parque das Nações é a existência de estacionamento abusivo sobretudo em áreas destinadas à circulação pedonal, e isto tem vindo a ocorrer cada vez mais com maior frequência, condicionando por vezes aí a circulação de peões.

O agravamento deste problema resulta de outro já existente e já referido anteriormente, que é o mau estado ou inexistência de pilaretes em alguns locais que neste caso facilitam a circulação ou o estacionamento automóvel em áreas condicionadas ou indevidas para este efeito. Um dos locais em que isto mais acontece é junto ao pavilhão Altice Arena ou próximas de estabelecimentos de restauração (Figura 32). Se esta tendência continuar a verificar-se, sem que haja uma maior vigilância e controlo por parte das autoridades competentes, poderemos então estar a alterar uma das principais prioridades do projeto urbanístico inicial da Expo 98, que era dar mais importância aos espaços públicos pedonais do que as vias de acessibilidade rodoviária.



Figura 32. Existência de estacionamento abusivo junto ao Altice Arena.

Outro local onde também é possível observar o problema do estacionamento abusivo com muita regularidade, é numa das principais avenidas do Parque das Nações, a Avenida D. João II. Nesta avenida regista-se estacionamento sobretudo em cima dos passeios ou sobre as barreiras separadoras existentes nas vias, que por vezes dificultam a normal circulação de carros. Perante esta situação torna-se necessário uma maior vigilância e fiscalização do trânsito, evitando assim a continuidade este tipo de problemas (Figura 33).



Figura 33. Estacionamento abusivo na Alameda dos Oceanos.

h) Problemas da expansão urbana e do edificado

Uma das tendências mais visíveis no território atual do Parque das Nações ao nível urbanístico prende-se com a crescente expansão urbana, que é um resultado de uma intensa construção. Os motivos que justificam esta ideia é que cada vez mais podem-se assistir um pouco por todo o território à existência de obras de construção (Figura 34).

Segundo Guimarães, após o período do evento da Expo 98, retomou-se o Plano de Urbanização (PU) do território que previa uma área ocupada para *“vinte e cinco mil residentes e vinte mil trabalhadores”* (Guimarães, 2006: 174), tal como já estava previsto em 1994, à data da publicação do respetivo plano (Portaria nº 640/94 de 15 de Julho)⁸. O mesmo autor refere que a concretização deste plano permitia *“a abertura deste território à cidade, foram concretizados alguns dos princípios e estratégias (...) nomeadamente a introdução de usos residenciais e empresariais (...)”* (Guimarães, 2006: 174). No entanto se analisarmos os dados populacionais do Parque das Nações, neste território residiam 21 025 habitantes em 2011 (Censos 2011), ou seja, um número ainda abaixo do limite inicial previsto no PU. Neste sentido, chegamos à conclusão que a função residencial parece não ser a principal causa da expansão urbana observada neste território. A JFPN (através da realização de entrevista) menciona que o problema da expansão urbana no Parque das Nações deve-se sobretudo à venda de parcelas de terreno a privados para posterior instalação de atividades empresariais, económicas, serviços e escritórios. Neste caso esta última pode estar na origem da expansão urbana.

No entanto se o problema da intensa construção e expansão urbana, sobretudo de prédios de habitação continuar a verificar-se no Parque das Nações a um ritmo acelerado, pode trazer graves consequências para o seu território. Tais como a saturação do espaço urbano existente, o sistema das infraestruturas básicas pode tornar-se ineficaz e insustentável devido ao aumento da pressão urbanística e da população. Ao nível do ordenamento do território, as consequências podem ser a alteração do uso e ocupação do solo. Em relação ao projeto urbanístico inicial, este problema pode colocar em causa alguns dos seus objetivos, pois a construção e expansão urbana junto ao rio em algumas zonas pode voltar a condicionar a relação da

⁸ Portaria nº640/94 de 15 de Julho, que aprova o Regulamento do Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo 98.

cidade com o Rio Tejo e levar à probabilidade de redução de áreas verdes e espaços públicos. Outras consequências que podem ser também resultado deste problema são o agravamento da qualidade ambiental e de qualidade de vida urbana que atualmente o Parque das Nações detém.



Figura 34. Construção de prédios numa das principais artérias do Parque das Nações.

A construção de edificado de baixa qualidade e pobres em termos estéticos, urbanísticos e paisagísticos apesar de ainda ser pouco significativa na atualidade, é já também considerado um problema para o território do Parque das Nações, pois apresenta consequências sobretudo ao nível do urbanismo. Tais como a alteração do perfil arquitetónico e urbanístico do projeto inicial, ficando longe do conceito que era proposto para este território, a crescente descaraterização urbanística do Parque das Nações, e a eventual desvalorização do património edificado existente.

Um dos exemplos reais que vai ao encontro desta ideia é a recente construção de um equipamento com recurso a materiais de fraca qualidade, e de estética desajustada com a paisagem urbana envolvente. A sua estrutura baseia-se em contentores e esta pretende servir de instalações temporárias para os serviços públicos da Junta de Freguesia do Parque das Nações (JFPN).

A concretização deste projeto poderá ficar desenquadrado com o edificado de elevado valor arquitetónico e urbanístico existente na área em que se integra, podendo

prejudicar a imagem e o prestígio que o Parque das Nações possui na atualidade. O que tem sido motivo de contestação por parte da população residente que critica os moldes da estrutura adotada (Figura 35).



Figura 35. Complexo temporário para instalação de serviços públicos.

i) Problemas dos vazios urbanos

Os vazios urbanos correspondem a espaços e áreas desocupadas ou sem utilização integradas no tecido ou malha urbana das cidades. Estes espaços resultam de distintos contextos territoriais e por diferentes motivos. Sendo que no urbanismo e a nível científico os motivos mais conhecidos para o surgimento deste tipo de espaços estão associados à especulação fundiária ou ao mercado imobiliário.

A concretização do projeto urbanístico da Expo 98 possibilitou uma significativa concentração de espaços urbanizados ao longo de toda a área territorial em questão, sobretudo direcionados para a instalação de pavilhões temáticos e de equipamentos alusivos ao evento. Ainda no período da Expo 98 e tendo em conta a previsão de uma enorme afluência e atração de turistas e visitantes, houve a necessidade de criar numerosos parques de estacionamento de diferente dimensão e com capacidade suficiente para responder à chegada de grandes quantidades de veículos.

O projeto urbanístico da Expo 98 definia que o espaço para estacionamento correspondia a cerca de 20% do território da área de intervenção e apresentava uma lotação de mais de 20 000 lugares (Rosa, 1998)

No entanto, após o fim da exposição a oferta de áreas de estacionamento tornou-se maior que a procura e necessidade, pelo que algumas delas foram começando a ficar inutilizáveis e consequentemente foram aos poucos abandonadas, traduzindo-se assim em vazios urbanos. A existência destes espaços no Parque das Nações já é visível em alguns locais (Figura 36). Outro aspeto que importa referir é que o problema dos vazios urbanos não se enquadra nos sistemas urbanos e podem eventualmente contribuir para a sua fragmentação. E no caso do Parque das Nações esta situação pode prejudicar o seu prestígio e reconhecido valor, nomeadamente no mercado imobiliário. O surgimento de alguns vazios urbanos no Parque das Nações pode estar associado à crise imobiliária sentida em Portugal entre 2007 e 2013.

Perante este problema existe a necessidade de encontrar soluções e alternativas, e seja qual for a ocupação ou opção tomada, é importante que se reverta esta situação, para evitar que surjam mais áreas ou espaços disfuncionais.



Figura 36. Vazio urbano no Parque das Nações.

Outro vazio urbano no Parque das Nações trata-se do espaço abandonado junto às instalações da FIL (Feira Internacional de Lisboa). Analisando este espaço pode-se verificar que estava previsto aí construir-se algum tipo de edificado, devido à existência de pilares e estruturas em betão. No entanto esta obra está parada há alguns anos sem que haja previsão para a retoma da mesma e não foi possível tomar conhecimento de qual seria o projeto urbanístico a desenvolver-se neste espaço. Atualmente esta área encontra-se bastante degradada, devido ao estado de decomposição do material de construção como à presença de crescimento de vegetação em altura (Figura 37).



Figura 37. Espaço abandonado junto à FIL.

4.2 Definição e identificação espacial dos problemas urbanos

Neste subcapítulo pretende-se continuar a analisar a temática dos problemas urbanos do Parque das Nações, mas numa perspetiva espacial, com o intuito de tentar saber quais as áreas do território que mais apresentam problemas na atualidade. O mapeamento dos problemas urbanos pretende servir como uma possível ferramenta para a gestão urbana e territorial. Os objetivos da cartografia dos problemas é que podem contribuir para a definição do tipo de intervenção a ser implementada e tentar responder em tempo útil e de forma adequada às necessidades do território.

a) Problemas urbanos na Zona Norte

Segundo a análise da Figura 38, pode-se verificar que na área situada a norte os problemas estão mais concentrados, podendo por isso causar um maior impacto para esta zona do território. Esta área apresenta problemas de degradação ao nível dos espaços verdes, nomeadamente o Parque Tejo e na periferia junto ao Passeio do Trancão também é possível observar um sistema de iluminação carente ao longo do seu traçado. No que respeita a problemas associados aos equipamentos, localiza-se nesta zona o *skate park*. Ao nível das infraestruturas, a ETAR é a que assume maior problemática a norte. As novas instalações para serviços públicos da JFPN, para além da sua fraca qualidade urbanística, o problema pode ser ainda mais grave devido a estas estarem localizadas junto a uma das principais entradas do Parque das Nações, o que não apresenta grande visibilidade para o território.

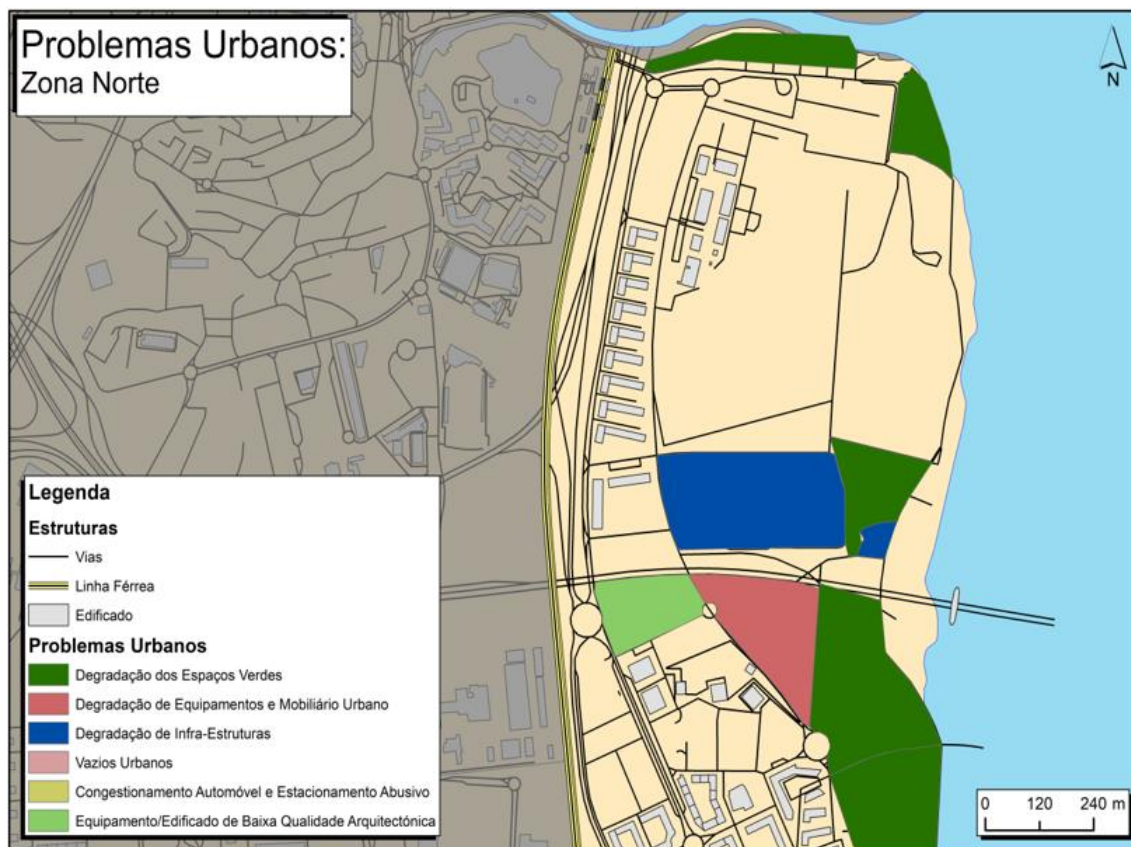


Figura 38. Problemas Urbanos no Parque das Nações – Zona Norte.

b) Problemas urbanos na Zona Centro

Analisando a Figura 39, na zona centro os problemas urbanos são mais difusos e o seu impacto não é tão significativo quando comparado com a zona norte. Os problemas mais significativos referem-se ao congestionamento automóvel, pois localiza-se nesta área uma das avenidas com maior tráfego, a Avenida D.João II. O outro problema registado nesta zona é o estacionamento abusivo. Em relação aos equipamentos, os sistemas dos vulcões inativos na Alameda dos Oceanos é também um dos problemas que afeta esta zona. A zona centro apesar de possuir uma menor área ocupada por espaços verdes em comparação com a zona norte, também enfrenta problemas neste âmbito, devido à degradação dos Jardins Suspensos situados junto à linha férrea e do Jardim Garcia da Horta junto ao Rio Tejo. Nesta zona, onde existe uma maior concentração de edificado é possível identificar segundo a análise da respetiva figura, a existência de uma área que pode designar-se de vazio urbano, junto à FIL pois atualmente não se conhece nenhuma utilização. Por fim, em termos de infraestruturas básicas, a zona centro apresenta alguns problemas pontuais que se referem a instalações sanitárias públicas e outros problemas relacionados com a degradação dos sistemas de escoamento de águas que afetam todas as ruas, mas ainda mais na Avenida D.João II.

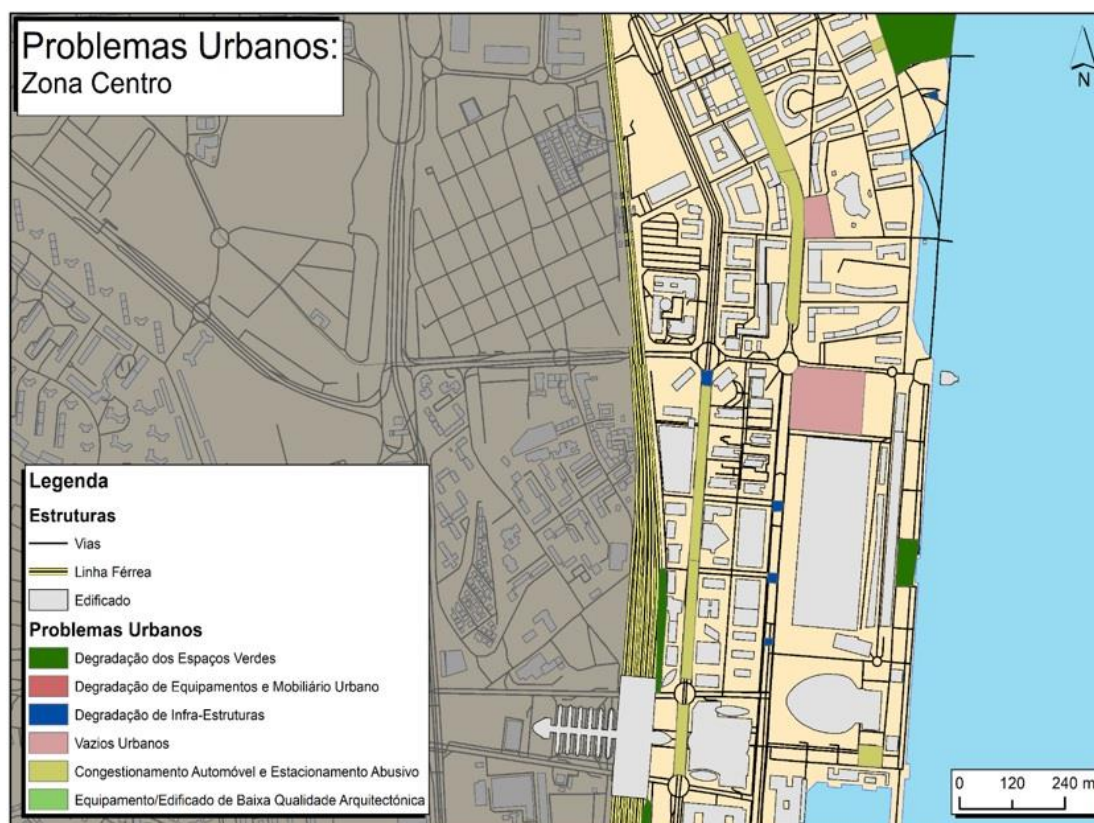


Figura 39. Problemas Urbanos no Parque das Nações – Zona Centro.

c) Problemas urbanos na Zona Sul

Partindo para a análise da Figura 40, os problemas que mais afetam a zona sul estão associados à degradação dos espaços verdes, devido ao estado atual dos Jardins Suspensos que se estendem desde a zona centro até à zona sul, ao Jardim do Cabeço das Rolas e à existência de alguma arborização seca a sul da Alameda dos Oceanos. Também nesta zona é possível verificar a presença de um vazio urbano junto à linha ferroviária. As infraestruturas que enfrentam mais problemas são o ancoradouro situado junto ao Rio Tejo que mostra sinais de degradação e os sistemas de escoamento de águas distribuídos por quase todas as ruas, mas sobretudo na Rua dos Aventureiros e na Rua Nova dos Mercadores. A existência de alguns vulcões inativos na Alameda dos Oceanos é a continuação do problema verificado na zona centro. A degradação do mobiliário urbanos é outro problema que afeta a zona sul, com a existência de pilaretes danificados ou derrubados e de painéis de publicidade degradados junto ao Casino de Lisboa.

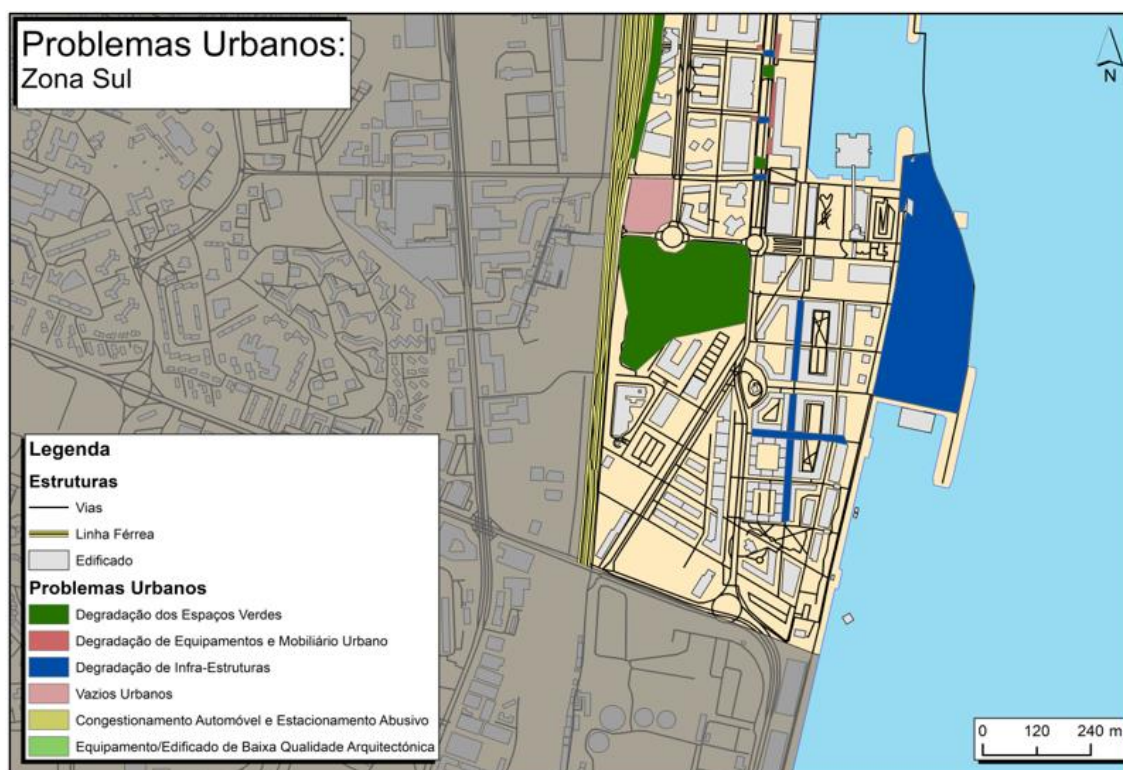


Figura 40. Problemas Urbanos no Parque das Nações – Zona Sul.

4.3 Distribuição e identificação espacial das intervenções

Desde que as entidades públicas da Câmara Municipal de Lisboa (CML) e da Junta de Freguesia do Parque das Nações (JFPN) assumiram as competências em matéria de gestão urbana e territorial que já foram concretizadas algumas intervenções ou ações que têm em vista a resolução de alguns dos problemas urbanos que já existiam no território. Neste subcapítulo pretende-se analisar e identificar quais as áreas que já foram intervencionadas pela esfera pública e quais as áreas que ainda carecem de intervenção. Neste caso o mapeamento das intervenções pretende que seja uma ferramenta de monitorização ou acompanhamento do desenvolvimento do estado das mesmas facilitando a gestão do território.

a) Intervenções territoriais na Zona Norte

A área territorial localizada a norte do Parque das Nações, até à data em que foi realizado o levantamento, parece ter sido ignorada pelas entidades de administração pública de gestão territorial. Pois Analisando a Figura 41 os problemas identificados ainda não tinham sido intervencionados. No entanto, segundo a UITOR atualmente atualmente existem intenções de implementar projetos que têm em vista a resolução de parte destes problemas⁹. O quadro de intervenções nesta zona do território passa por requalificar infraestruturas e equipamentos degradados, melhorar o estado das acessibilidades pedonais e substituir alguns elementos de mobiliário urbano danificado como pilaretes e iluminação.

⁹ Toda a informação referente aos projetos ou obras concretizadas e previstas pelas entidades públicas da Câmara Municipal de Lisboa (CML) e da Junta de Freguesia do Parque das Nações (JFPN) foi cedida pela Unidade de Intervenção Territorial Oriental (UITOR) e encontra-se representada em tabelas no anexo I do presente relatório de estágio.

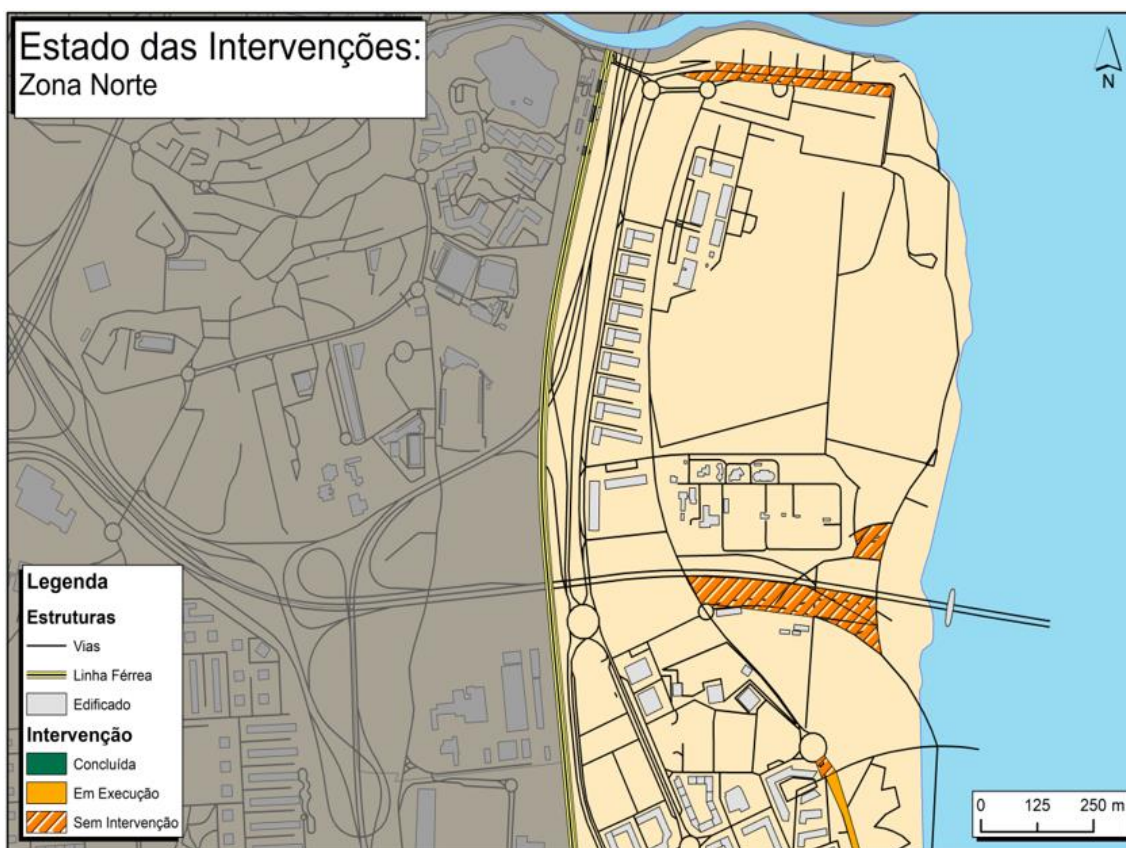


Figura 41. Intervenções no Parque das Nações – Zona Norte. **Fonte:** Informação cedida pela UITOR.

b) Intervenções territoriais na Zona centro

Analisando a Figura 42, podemos observar que algumas áreas carentes da zona centro já foram intervencionadas, umas encontram-se atualmente a ser submetidas a intervenções e outras que ainda não existe previsão para a resolução dos seus problemas. De entre as operações concluídas destacam-se a substituição e melhoria do Passadiço do Rossio dos Olivais e a melhoria ao nível das acessibilidades na Rua Comandante Cousteau e na Rua das Galés. Na altura do levantamento estavam a ser executadas intervenções no Passeio Heróis do Mar, tendo em conta a melhoria do pavimento existente e também estavam em vias o início das obras de melhoria do terceiro talhão do Jardim Garcia da Horta. Ao nível dos espaços verdes, existe ainda uma carência de intervenção na zona

centro, pois os Jardins Suspensos e parte do Jardim Garcia da Horta apresentam problemas estruturais. Nesta área, apenas o Jardim da Música e o espaço verde situado junto ao centro de congressos viram as respetivas obras de melhoria já concluídas.

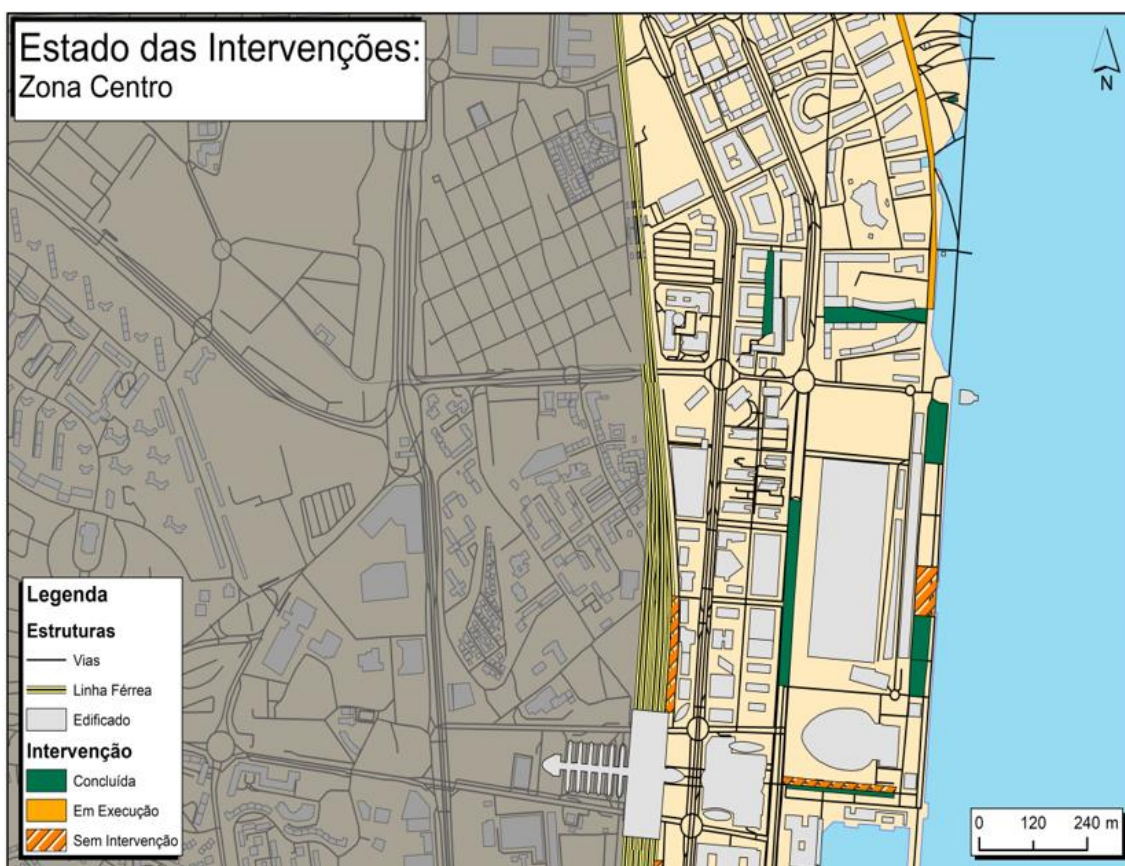


Figura 42. Intervenções no Parque das Nações – Zona Centro. **Fonte:** Informação cedida pela UITOR.

c) Intervenções territoriais na Zona Sul

Segundo a análise da Figura 43, na zona sul do Parque das Nações é possível observar melhorias físicas em alguns locais, tais como nos espaços verdes dos Jardins de Água e em algumas vias de circulação pedonal como nos passadiços de madeira do Passeio Neptuno, da Doca dos Olivais e na Alameda dos Oceanos (zona sul). No entanto, os espaços verdes continuam a ser também um problema nesta zona devido à

degradação dos Jardins Suspensos que estão praticamente abandonados e do Jardim do Cabeço das Rolas que acompanha a mesma tendência. Outro problema registado nesta área é a existência de alguns pilaretes derrubados sobretudo a sul da Alameda dos Oceanos.

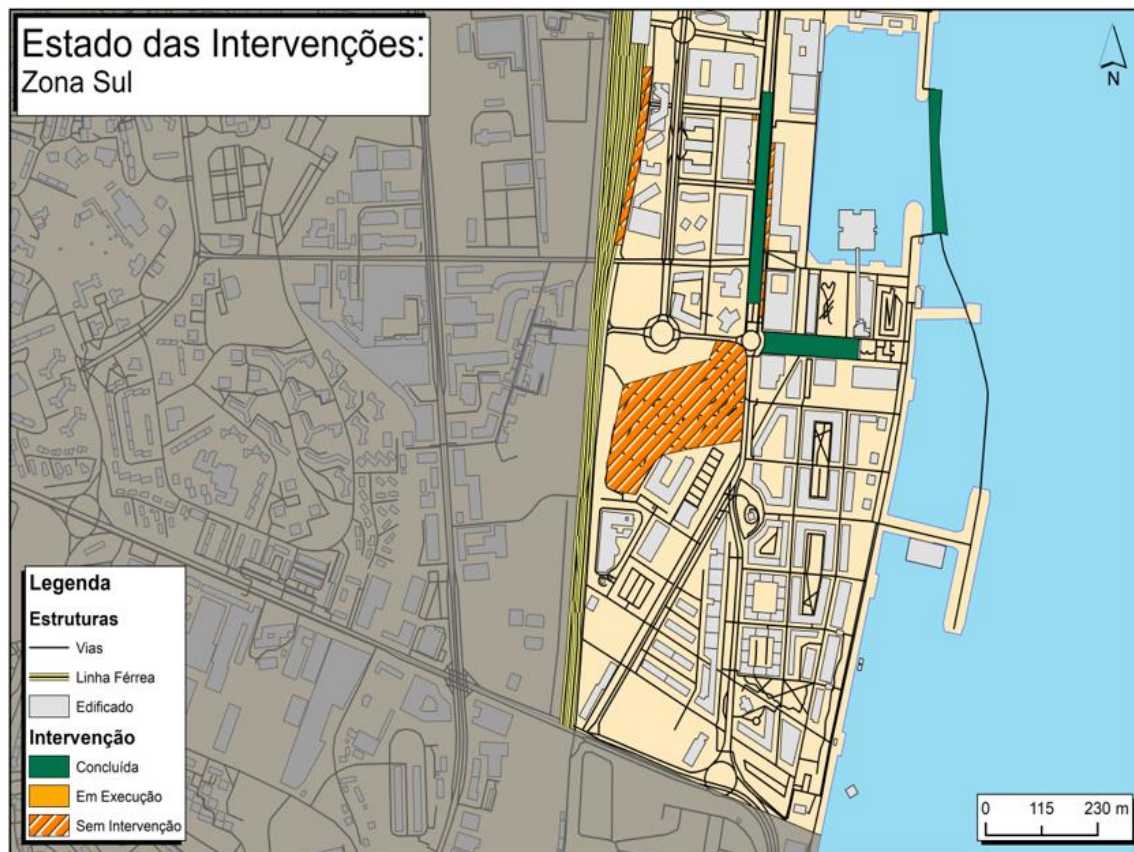


Figura 43. Intervenções no Parque das Nações – Zona Sul. **Fonte:** Informação cedida pela UITOR.

4.4 Distribuição Espacial dos Problemas Urbanos vs Intervenções

Fazendo uma análise das Figuras 44 e 45, pode-se concluir que são visíveis melhorias em alguns espaços públicos e equipamentos. No entanto, estas resumem-se apenas a intervenções pontuais, pelo que existe ainda muito trabalho para ser desenvolvido para que o Parque das Nações volte a ser um território de elevada qualidade urbanística, tal como era caracterizado nos primeiros anos da sua existência. Atualmente e segundo estas figuras, existe ainda uma grande divergência quando comparamos o número e tipo de problemas urbanos levantados com o número de intervenções concretizadas. Ou seja, o papel desempenhado pelas entidades da esfera pública é ainda insuficiente para a dimensão e complexidade dos problemas urbanos que o Parque das Nações possui na atualidade. Sendo as áreas verdes as que são mais afetadas pelos problemas de degradação e neste caso as que mais carecem de intervenção. Neste sentido, urge a necessidade de atender a esta realidade problemática para poder evitar que esta situação se torne mais insustentável.

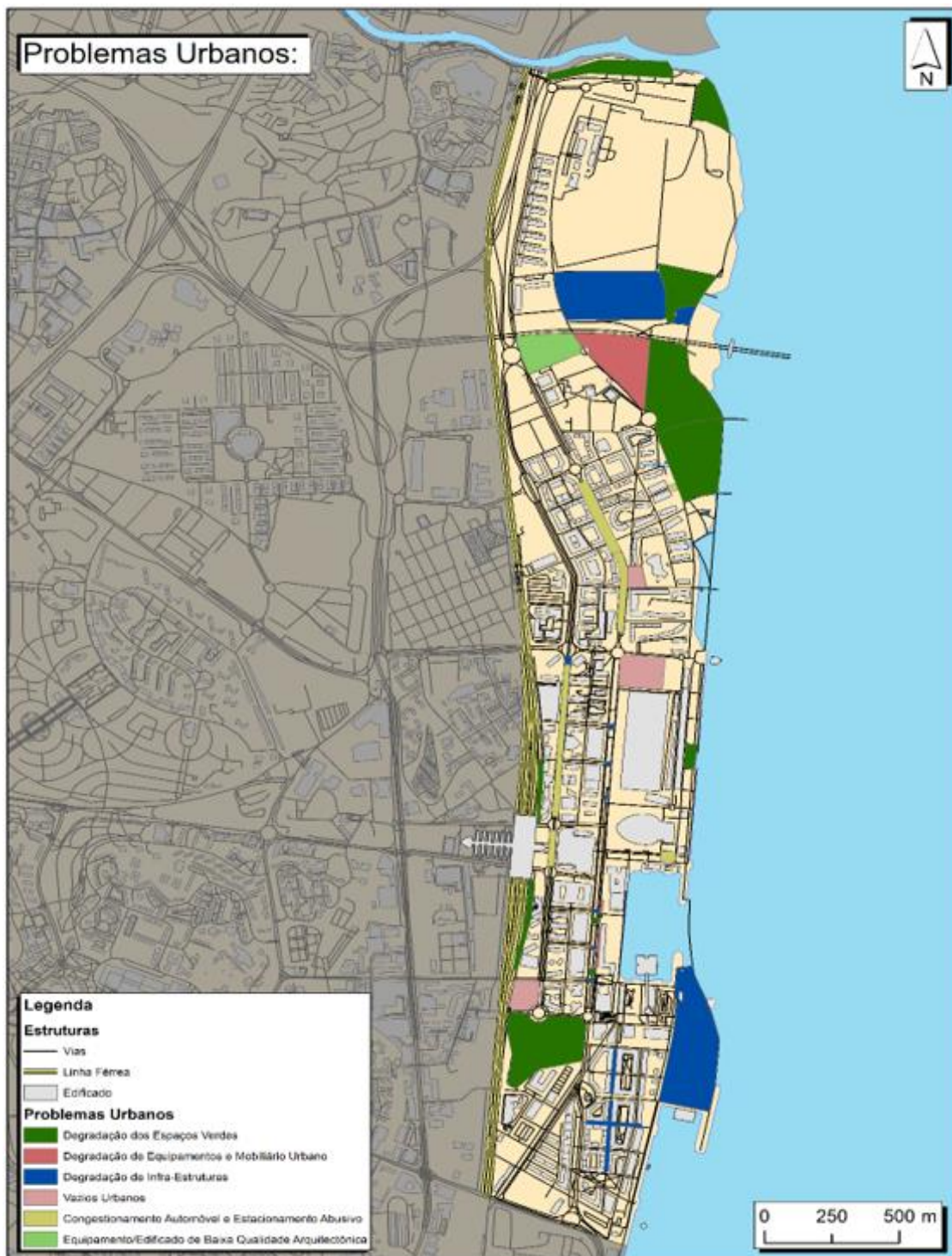


Figura 44. Problemas Urbanos no Parque das Nações

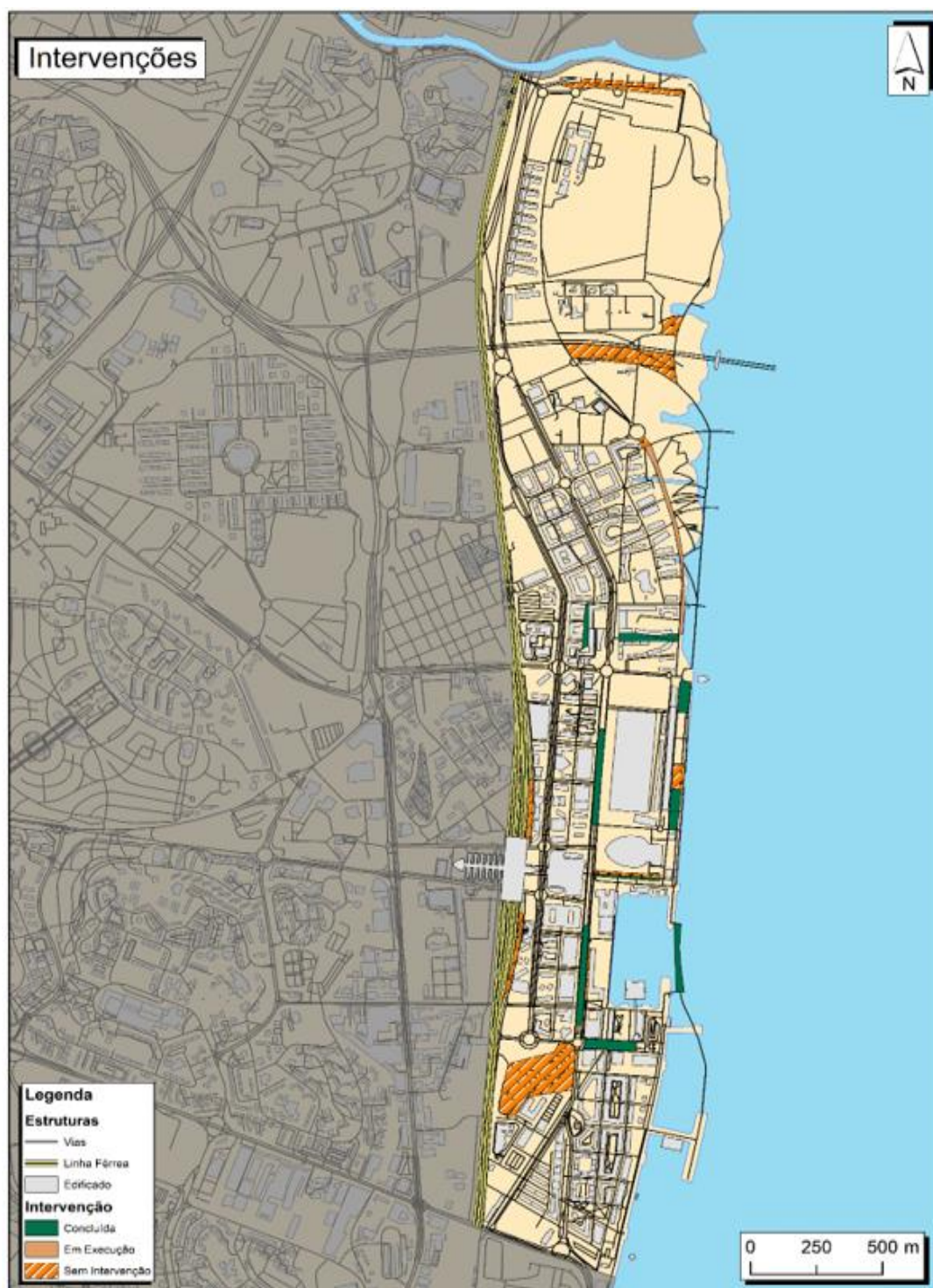


Figura 45: Intervenções no Parque das Nações. **Fonte:** Informação cedida pela UITOR.

5. Os agentes territoriais: a análise de diferentes perspetivas

Tendo em conta o objetivo de melhor compreender os problemas do território do Parque das Nações nos últimos anos, decidiu-se conduzir algumas entrevistas a agentes territoriais. O objetivo da realização destas entrevistas passou por analisar as suas diversas opiniões em relação aos problemas urbanos atuais e à gestão urbana e territorial desempenhada inicialmente pela Parque Expo e posteriormente pelas entidades públicas da Câmara Municipal de Lisboa e Junta de Freguesia do Parque das Nações, assim como as suas perspetivas futuras para o território. No presente capítulo analisamos as opiniões e perspetivas da população residente, de uma das associações de representação local, a AMCPN (Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações) e por fim da administração pública local, a JFPN (Junta de Freguesia do Parque das Nações).

5.1 A visão da população residente

Segundo as entrevistas realizadas a alguns residentes, no período em que a entidade empresarial da Parque Expo era responsável pela gestão do Parque das Nações, o principal problema ao nível da gestão urbana prendia-se com a existência de um quadro de intervenções muito limitado. Apesar do modelo de gestão executado ter alcançado sucesso, uma vez que a gestão urbana exercida pela Parque Expo era muito direcionada para a conservação e manutenção dos espaços verdes, tendo em conta a valorização da sua vertente natural e paisagística, em detrimento de outras áreas de intervenção. Em relação a isso, uma das áreas carentes de intervenção apontadas pelos residentes era ao nível dos equipamentos e espaços públicos envolventes, o que permitiu que estes ficassem degradados. Uma das razões expostas para esta situação, estava relacionada com os orçamentos disponíveis, pois a Parque Expo apesar de ter sido uma empresa de natureza privada, a sua operacionalização dependia sobretudo de verbas e fundos públicos. Neste sentido, tornava mais difícil a execução de determinados projetos de construção de equipamentos básicos considerados

fundamentais para o território e população, tais como estabelecimentos escolares, complexos desportivos, centro de saúde, equipamentos culturais, entre outros.

Na opinião dos residentes, o processo de transição de competências de gestão urbana para a Câmara Municipal de Lisboa, veio acentuar ainda mais a problemática da situação do território do Parque das Nações, pois começou-se a verificar problemas de degradação e de limpeza nos espaços públicos e áreas verdes associados à ausência de uma manutenção contínua e regular. Para os residentes esta realidade tem vindo a prejudicar a imagem e a paisagem urbana do Parque das Nações na atualidade.

Na perspetiva dos residentes a gestão assumida pela Parque Expo era muito próxima da população e atribuía importância aos processos de participação cívica. O modelo de gestão urbana implementado pretendia atender aos problemas e necessidades de forma muito atenta e eficiente, o que era pouco comum isso acontecer ao nível das autarquias. Um dos aspetos positivos realçados pela população residente em relação à gestão urbana efetuada pela Parque Expo é que esta era desenvolvida com base num quadro orçamental reduzido. O principal ponto negativo era não possuírem competências de âmbito social e outras que são da total responsabilidade dos municípios.

De uma forma geral, os residentes consideram que a Parque Expo desempenhou uma gestão urbana de sucesso, contribuindo para um território de elevada qualidade urbana. No que respeita posteriormente à gestão da autarquia de Lisboa, existem algumas críticas aos moldes de funcionamento da gestão imposta, e muitas das decisões tomadas não têm sido suficientemente ponderadas nem são do conhecimento geral, o que se tem refletido nas ações implementadas no território (ex.: retirada dos sistemas de rega em alguns espaços verdes, caducidade de contratos de prestação de serviços essenciais, entre outros).

As intervenções executadas pelo município de Lisboa para tentar resolver alguns dos problemas urbanos existentes no Parque das Nações foram sobretudo pontuais e na maior parte tratou-se de ações de cosmética, no entanto ainda continuam por resolver os problemas relacionados com a falta de manutenção nos espaços verdes, equipamentos, mobiliário urbano e segurança.

Na opinião da população residente, o papel assumido pelas entidades da administração pública local devia ser repensado e alterado, pois a gestão urbana e as

intervenções concretizadas até à atualidade têm sido parte delas desconhecidas e desajustadas das necessidades do território, devendo apostar por isso num modelo de gestão mais integrado e próximo da população.

As maiores necessidades apontadas pela população local em termos de carência de equipamentos são a finalização da construção da escola básica do Parque das Nações e a construção do centro de saúde. No que respeita aos problemas, a falta de limpeza e higiene dos espaços públicos urbanos devido ao fato de a prestação de serviços ter sido deficiente em relação à dimensão do problema, e manutenção das áreas verdes.

5.2 A visão da associação local

A Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações (AMCPN)¹⁰ menciona que no período anterior à transição da Parque Expo para a autarquia de Lisboa, o seu papel passava por defender os interesses comuns da população residente do Parque das Nações. E neste sentido, mantinham uma posição muito crítica e assertiva para que não condicionassem a qualidade de vida deste território. Um dos problemas que prejudicavam o interesse comum era a venda de parcelas de terreno por parte da Parque Expo a entidades privadas, que permitia aos poucos o surgimento de uma saturação de construções.

A AMCPN refere que a Parque Expo cumpriu bem o seu papel em todo o processo de reconversão do território oriental da cidade de Lisboa ao permitir o retorno das relações da cidade com o Rio Tejo, sendo isto adotado como objeto de estudo nas mais diversas áreas do ensino e conhecimento científico. No entanto, os problemas apontados pela AMCPN é que existiram alguns erros na conceção do projeto urbanístico assim como no quadro de decisões e ações tomadas ao nível da gestão urbana. O que viria a traduzir-se em custos financeiros por vezes elevados que ainda

¹⁰ A AMCPN trata-se de uma associação constituída e fundada em 1999 por um conjunto de residentes e comerciantes recentes no Parque das Nações, mais propriamente na Vila Expo. Os objetivos desta associação são a defesa, conservação e valorização do património local e a melhoria das condições ambientais e da qualidade de vida urbana do Parque das Nações. O seu papel assumido no território passa pelo apoio na gestão dos equipamentos de interesse comum e o fomento à participação da população no debate de assuntos e discussão de problemas do território.

persistem na atualidade. Outro problema levantado ao nível da gestão prendeu-se com o fato de o poder central ter atribuído as competências de gestão urbana e os direitos de propriedade dos terrenos à Parque Expo quando o evento da Expo 98 terminou, o que violava a própria Constituição da República, pois o território deveria estar sobre a tutela e jurisdição da administração local. Esta decisão teve repercussões negativas e dificuldades junto dos restantes agentes territoriais tanto ao nível dos investimentos empresariais e comerciais como junto da população residente. E passado quase 20 anos, continua a existir carências de equipamentos básicos que estavam previstos e inseridos nos planos de urbanização e de pormenor iniciais. Outro aspeto realçado pela AMCPN é que nos primeiros anos após o fim da Expo 98 a Parque Expo continuou a manter um elevado padrão de qualidade dos espaços públicos, apesar de já começarem a ser visíveis, algumas dificuldades financeiras da empresa, o que ia agravando a sua gestão.

Segundo a AMCPN, os problemas urbanos que existem no Parque das Nações, para além da elevada degradação geral dos equipamentos e espaços públicos, são a deficiente rede de transportes públicos sobretudo nas áreas residenciais devido à falta de interesse e de empenho por parte da Parque Expo, o que existe na atualidade deve-se ao trabalho e forte pressão exercida pela AMCPN junto da empresa da Carris. Este é um dos grandes problemas que se refletem na vivência e qualidade de vida da população e que ainda não estão integralmente resolvidos. A JFPN tem concretizado alguns avanços nesta matéria.

A carência de equipamentos básicos continua a ser um problema, e isto está dependente da resolução do processo de transferência das propriedades da Parque Expo para as entidades competentes, nomeadamente para a Câmara Municipal de Lisboa, iniciado em 2012 aquando da publicação da Lei nº 56/2012 (referente à reforma administrativa da cidade de Lisboa ao nível das freguesias) no entanto este processo continua a ser arrastado ao longo dos anos sem haver ainda data prevista para a resolução desta situação, o que tem causado grandes prejuízos tanto para a autarquia de Lisboa como para o próprio Parque das Nações.

Os aspetos negativos apontados pela AMCPN em relação à Parque Expo estão relacionados com a falta de interesse e recusa em realizar iniciativas ou intervenções tendo em vista a recuperação e melhoria de alguns equipamentos e património

existente, entre os quais a Torre Galp, a Porta da Marina, o encerramento da Marina, o Clube do Mar inserido na Doca dos Olivais, que devido a uma falta de manutenção, foram começando a ficar degradados.

Na opinião da AMCPN, a Câmara Municipal de Lisboa tem desenvolvido um trabalho deficiente no que respeita à gestão urbana do Parque das Nações, e isto tem contribuído para a crescente degradação do território. Na atualidade apesar das intervenções já concretizadas tanto pela CML e JFPN, continua a existir ainda os efeitos do abandono e da degradação urbanística assistida nos últimos anos.

Na perspetiva da AMCPN, os grandes desafios para a gestão urbana passam por recuperar a elevada qualidade de vida que ainda não foi possível restabelecer por parte do município de Lisboa e transferir a totalidade de equipamentos para a esfera pública para se poder proceder a ações de manutenção e recuperação, evitando ainda mais a sua degradação. Outro desafio passa por dotar o território de equipamentos considerados essenciais para a população do Parque das Nações.

5.3 A visão da administração pública local

A entrevista à administração local foi efetuada a representantes da Junta de Freguesia do Parque das Nações. Segundo esta entidade pública, a gestão urbana da Parque Expo era concretizada com base em elevados recursos financeiros provenientes sobretudo da esfera pública, neste caso do Estado Português, que era o principal investidor da empresa e com grandes recursos humanos (ex.: a Parque Expo possuía cerca de 60 pessoas para prestar serviços de manutenção apenas nos espaços verdes, atualmente são perto de 30 pessoas). A continuidade deste modelo de gestão era considerado insustentável na atualidade para a Câmara Municipal de Lisboa, pois existia sérias dificuldades em manter os mesmos custos com a gestão seja qual fosse a entidade gestora perante a atual conjuntura de crise económica, e ainda mais no caso de uma entidade pública em que os recursos financeiros e humanos são limitados e escassos.

Para a JFPN, os problemas de degradação começaram a aumentar a partir da fase de transição de competências da Parque Expo para a Câmara Municipal de Lisboa, pois esta não soube responder em tempo útil ao colocar novos recursos humanos para

determinados tipos de serviços de gestão urbana. E ainda mais quando o município pensou que conseguiria manter os mesmos níveis de gestão e de qualidade urbana com os seus próprios meios. Outro dos problemas ao nível da gestão urbana executada ao longo dos anos até à atualidade é que as entidades da administração pública independentemente de qual seja o executivo político a geri-las vão ser sempre comparadas à Parque Expo, pois a população residente continua a enaltecer a gestão do território efetuada por esta. Um dos motivos disso é que a Parque Expo apostava muito no estabelecimento de relações de proximidade e em estratégias de comunicação com os residentes, mas tinha também problemas que não eram do conhecimento geral.

Segundo a JFPN, a Parque Expo durante cerca de 15 anos (período pós-Expo) intervinha sobretudo nos espaços verdes e equipamentos mais visíveis no território. No entanto existiam outros equipamentos e infraestruturas que careciam de intervenção, e necessitavam de conservação ou reabilitação devido ao desgaste dos materiais. A galeria técnica é uma das infraestruturas que atualmente já necessita de obras de intervenção devido à falta de manutenção ao longo dos anos, o sistema pneumático também já apresenta problemas no estado das suas condutas, devido ao depósito de diversos tipos de lixo. Para tentar reduzir o impacto deste problema, a autarquia de Lisboa tem apostado noutras alternativas como a instalação de vidrões, o que gerou alguma consternação por parte dos residentes. Para a JFPN, o surgimento deste problema deveu-se sobretudo inicialmente à ausência de campanhas de sensibilização sobre a importância da reciclagem realizadas junto da população. O problema das infraestruturas básicas localizadas no subsolo é que não estão a corresponder às necessidades atuais, devido ao excesso de construção observado nos últimos anos no Parque das Nações.

Um aspeto que importa ainda referir é que no período que se procedeu à criação da freguesia e a tomada de posse dos órgãos eleitos, toda a gestão do território foi assumida e partilhada pela Câmara Municipal de Lisboa, por uma equipa com competências na gestão urbana do Parque das Nações e pelos restantes serviços camarários.

Na opinião da JFPN, os constantes avanços e recuos em que pairava a dúvida na transferência da gestão para o município de Lisboa, também contribuíram certamente para um desinvestimento da Parque Expo na referida conservação e reabilitação.

Após a tomada da gestão do território pela CML, existiu a necessidade, devido à idade de algumas infraestruturas, de se iniciarem reabilitações em diversas áreas, sendo que algumas ainda não estão concluídas na atualidade, quer devido a questões económicas (elevados custos das operações de reabilitação), quer por questões técnicas.

Tendo em conta a resolução dos problemas urbanos, tanto a JFPN como a CML dentro das suas capacidades económicas já concretizaram alguns investimentos. A Junta de Freguesia tem intervencionado nos espaços verdes de pequena dimensão (ex. Jardim das Ondas), mobiliário urbano e áreas para a prática de recreio/desporto. A Câmara Municipal, que detém um maior quadro de competências no território, tem sobretudo investido em operações de repavimentação de estradas (ex.: Alameda dos Oceanos) e na atualidade na recuperação dos sistemas dos vulcões e reabilitação do sistema de rega no Parque Tejo. Existem intenções da JFPN em recuperar outros espaços verdes, tais como o Jardim Hidráulico (em fase de análise da proposta de intervenção) e o Jardim Garcia da Horta (considerado pela JFPN como um ex-libris da Expo 98) que está já a ser intervencionado, ao proceder-se à substituição dos passadiços de madeira e recuperação da flora existente.

Para além de todos os problemas urbanos já explícitos, o território do Parque das Nações enfrenta também na atualidade problemas na sua frente ribeirinha, nomeadamente ao nível do seu pavimento que tem vindo a registar alguns abatimentos, sendo necessário uma intervenção urgente. Outros problemas mencionados pela JFPN prendem-se com a deficiente rede de transportes públicos e da ausência de uma maior segurança e fiscalização por parte das autoridades, que tem sido escassa neste território. A falta de limpeza associada aos dejetos caninos sobretudo nos espaços verdes tem sido também um problema para a JFPN, pois os dispensadores existentes foram vandalizados, no entanto está previsto a recolocação de novos pontos de recolha.

Para a JFPN o maior desafio em matéria de gestão do território passa por tentar assegurar e garantir uma manutenção contínua e eficiente dos espaços públicos, e encontrar um equilíbrio entre as expectativas da população residente e visitantes e a realidade do orçamento disponível. Importa referir que a Junta de Freguesia possui um quadro de competências mais abrangente e assente num menor orçamento (ex.: educação, ação social, etc.) que a anterior entidade gestora da Parque Expo. E neste

sentido, as verbas disponibilizadas pela CML para a JFPN têm sido insuficientes face a todas as suas competências. Outro desafio essencial, trata-se da mobilidade, em relação a isso torna-se necessário compatibilizar a utilização do espaço público com qualidade e as necessidades de deslocação e de acesso da população e visitantes.

6. Considerações Finais

As profundas alterações observadas ao nível do uso e apropriação dos espaços públicos remetem para a necessidade de implementar novos modelos de gestão urbana, capazes de responder de forma eficiente e numa perspetiva integrada aos problemas urbanos, que cada vez mais são visíveis e complexos no território e, por isso, difíceis de resolver. A gestão urbana ou do território não pode nem deve ser apenas competência ou responsabilidade das entidades da esfera pública, mas sim de todos os agentes territoriais, inclusive a população em geral que usufruem dos espaços públicos. Todos estes utilizadores devem em conjunto assumir um papel importante na gestão urbana. À esfera pública compete-lhe administrar e concretizar operações ao nível físico no território, no entanto estas são efetuadas de forma pontual. Neste sentido, cabe aos restantes agentes territoriais a responsabilidade e o dever de zelar por um uso sustentável e pela preservação dos espaços públicos urbanos de forma regular e contínua, mantendo-os limpos, cuidados, conservados e seguros, evitando assim que estes entrem num estado de declínio. Nesta perspetiva, o território tem de ser encarado como um bem essencial e um património pertencente a todos que nele vivem, pois só assim é que se pode resolver muitos dos problemas existentes.

No que respeita ao caso de estudo, importa concluir que o território do atual Parque das Nações tem sofrido algumas mutações ou alterações ao longo do tempo em relação às funções que lhe foram atribuídas. Inicialmente a área oriental de Lisboa era marcada por uma forte decadência industrial e obsoleta, para dar lugar a um novo território mais moderno e inovador tanto no campo arquitetónico como urbanístico por via de um projeto de regeneração urbana. A Parque Expo foi a grande responsável por toda a reconversão e gestão do território.

Desde que a Parque Expo esteve à frente da gestão do território do Parque das Nações que se observou um amplo e sofisticado processo de planeamento urbano, que muito se deveu à introdução de ferramentas, métodos e técnicas inovadoras, que praticamente eram então desconhecidas em Portugal. Por outro lado, o sucesso do modelo de gestão urbana implementado baseou-se na elaboração de estratégias rigorosas e adequadas ao contexto territorial em questão, o que se refletiu nos resultados obtidos, que presumiam contribuir para a manutenção e preservação de um

espaço dotado de infraestruturas e equipamentos de elevada qualidade arquitetónica e urbanística. Outro dos fatores que permitiram alcançar estes resultados, foi que este modelo de gestão territorial tinha uma grande capacidade de integração, ao envolver todos os atores e agentes territoriais assim como os cidadãos residentes em processos de participação pública e cívica. Ou seja, a relativa proximidade mantida com todos aqueles que utilizavam o território, permitia responder às suas necessidades, perspetivas e interesses de forma mais adequada, o que até aqui pouco se verificava no que diz respeito aos processos de planeamento e ordenamento do território desenvolvidos em Portugal. Pelo que tanto o projeto urbanístico como o modelo de gestão urbana aplicado serviram posteriormente de exemplo para o desenvolvimento de outras experiências urbanísticas desta natureza, noutros territórios. No entanto nem tudo foi considerado positivo na gestão urbana concretizada pela empresa da Parque Expo, pois grande parte do sucesso alcançado deveu-se a uma grande capacidade de comunicação para com a população residente do Parque das Nações. Esta apenas transmitia o que era trabalho considerado positivo ou satisfatório. As intervenções concretizadas pela Parque Expo eram sobretudo direcionadas para a resolução de problemas urbanos registados à superfície, ou seja, aqueles que eram mais fáceis de identificar pela população. No entanto existiam outros problemas urbanos que eram desconhecidos pela população, tais como as infraestruturas básicas situadas no subsolo que já apresentavam problemas de degradação ao nível dos materiais devido à falta de manutenção ao longo de quase 20 anos de existência do Parque das Nações. O problema destas infraestruturas é que não foram construídas para suportar as necessidades atuais da população, pois não existia a perspetiva de haver uma grande pressão populacional aliada a uma saturação da urbanização a longo prazo. Se esta tendência continuar a verificar-se podemos então estar na atualidade ou nos próximos anos à beira da rutura e do limite das suas capacidades de funcionamento.

Outro aspeto que importa concluir é que quando abordamos a gestão urbana executada pela Parque Expo em termos de custos ou gastos que na sua maior parte foram dispendiosos, o caso muda de cenário, pois nos tempos de crise económica seria impossível implementar um modelo de gestão idêntico ou semelhante. Por isso este modelo não pode nem deve ser adotado por nenhuma autarquia, caso contrário tornar-se-ia insustentável, ainda mais quando se trata de entidades públicas, onde a

disponibilidade de recursos económicos e técnicos/humanos é escassa e está muito dependente dos orçamentos anuais.

Os problemas urbanos nos espaços públicos, infraestruturas e equipamentos começaram a intensificar-se devido à inexistência de manutenção ao longo dos anos, sendo as áreas verdes as que têm sido mais afetadas. O problema da limpeza e higienização é outro problema que o Parque das Nações enfrenta quase diariamente. A qualidade de vida urbana do Parque das Nações não tem sido apenas prejudicada pelos problemas de degradação conhecidos, mas sim também pela carência de alguns equipamentos considerados vitais para o pleno funcionamento do território.

A falta de transparência e de conhecimento dos orçamentos disponíveis tem sido uma constante na gestão urbana do Parque das Nações, pois a população residente refere que a Parque Expo tinha orçamentos reduzidos, enquanto a JFPN menciona que parte do sucesso da gestão urbana feita por esta empresa deveu-se sobretudo a elevados investimentos financeiros que foram injetados pela esfera pública. Um dos problemas que falha na gestão do território do Município de Lisboa é a falta de comunicação entre esta entidade e os restantes agentes territoriais e a população em geral, o que faz com que exista em alguns casos um desconhecimento das ações ou das intervenções concretizadas. O desafio neste sentido passa por apostar no fomento de relações mais estreitas e próximas, pois só assim se pode alterar o rumo da gestão urbana. A comunicação e as relações de proximidade eram uma mais-valia para a gestão da Parque Expo, algo que pouco acontece na atualidade.

A transição e transferência de competências da Parque Expo para o Município de Lisboa significou o virar de uma nova fase na gestão urbana e territorial do Parque das Nações. A autarquia passou a carregar uma grande responsabilidade, e os desafios passaram por tentar manter os mesmos níveis de qualidade urbana que tinham sido herdados. No entanto importa referir que este desafio será muito difícil de ser alcançado, pois o município de Lisboa não tem apenas a seu cargo a gestão do Parque das Nações, mas sim de um território de maior dimensão.

A reforma administrativa do território não obteve o resultado esperado, uma vez que a gestão territorial não se traduziu de forma eficiente, pelo contrário tem dificultado na operacionalização e na resolução dos problemas territoriais, pois no caso do Parque das Nações as competências de gestão urbana estão divididas por áreas de

intervenção, sendo umas da responsabilidade da Junta de Freguesia, e outras da Câmara Municipal. O objetivo de alcançar uma maior proximidade entre os agentes territoriais ainda não se observou, pois muitas vezes existe um desconhecimento e descoordenação acerca das ações implementadas no território.

Esta mesma reforma possibilitou às freguesias deterem uma maior autonomia e independência ao nível da gestão do território, permitiu que as freguesias passassem a assumir mais competências e recursos contribuindo para uma maior capacidade de operacionalização e intervenção no território, e neste sentido não ficarem tão dependentes das entidades públicas de escala superior. No entanto o contexto atual é diferente, pois os sucessivos cortes orçamentais observados na administração pública nos últimos anos têm condicionado o desempenho destas competências e comprometido o quadro de intervenção das políticas territoriais adotadas pelas diversas entidades públicas, onde inserem-se também as juntas de freguesia. No caso da Junta de Freguesia do Parque das Nações, esta realidade tem estado bem patente, pois os orçamentos anuais têm sido insuficientes face às competências e responsabilidades assumidas e face à dimensão territorial e dos problemas existentes no Parque das Nações. A existência de orçamentos reduzidos tem neste caso dificultado o funcionamento e a eficiência da gestão territorial para que possa intervir de forma mais adequada e corresponder às reais necessidades e expectativas da população. Perante esta situação torna-se difícil para a JFPN desenvolver um trabalho eficiente em prol da comunidade local, quando a problemática do território é cada vez mais grave e complexa de resolver na atualidade.

Em suma, a realidade atual do Parque das Nações é bem mais complexa do que se pode imaginar, pois não basta apenas resolver os problemas urbanos existentes, mas sim também resolver os próprios problemas da gestão urbana que tem dificultado o desempenho de funções e os resultados desejados para o território. Neste sentido, importa procurar novos modelos de gestão urbana que sejam mais eficientes e eficazes na resolução dos problemas. Para tal é necessário que todos os agentes territoriais reúnam esforços para que em conjunto possam ultrapassar esta situação.

Referências Bibliográficas

ALVES, F.B. (2003). *Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano. Proposta Metodológica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.

BORTOLUZZI, S.D (2004). *Caracterização das Funções e Padrões de Uso e Ocupação do Solo no Centro de Florianópolis (SC)*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, p.176.

BRANDÃO, P.; REMESAR, A. (2000). *O Espaço Público e a Interdisciplinaridade*. Lisboa: CPD.

BRANDÃO, P. (2008). *A Identidade dos Lugares e a sua Representação Colectiva: Bases para Concepção, Qualificação e Gestão do Espaço Público*. Lisboa: DGOTDU.

BRITO, L.G.; (2002). *Gestão Urbana*. Lisboa: Parque Expo 98, SA.

CARDOSO E CUNHA, A. (2002) Da Fase Embrionária da Expo 98, à Realidade Urbana do Parque das Nações. In BRITO, L.G. (ed.) *Gestão Urbana*. Lisboa: Parque Expo 98, SA. pp. 118-120.

CASTELLS, M. (1999). *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. V.1, São Paulo: Paz e Terra.

CASTELÃO, M. (2002). A Monitorização Ambiental da Cidade. In BRITO, L.G. (ed). *Gestão Urbana*. Lisboa: Parque Expo 98, SA. pp 236-247.

CASTRO, A. (2002). Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade – Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos. In *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº5. Lisboa: CET – ISCTE.

COCHRANE, A. (2007). *Understanding Urban Policy: a Critical Approach*. Blackwell: Oxford

COSTA, R.B. (2009). *Cidades de Água – Relação entre as Cidades e as suas Frentes de Água*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior Técnico, Lisboa, p. 110.

COUCH, C. (1990). *Urban Renewal: Theory and Practise*. Basingstoke: Macmillan Educacion.

COUCH, C.; FRASER, C.; PERCY, S. (2003). *Urban Regeneration in Europe*. Oxford Wiley – Blackwell.

COUCH, C.; SYKES, O.; BORSTINGHAUS, W. (2011). *Thirty Years of Urban Regeneration in Britain, Germany and France: The Important of Context and Path Dependency*. *Progress in Planning*, 75 (1), 1-52. DOI: 10.1016/j. progreso. 2010.12.001.

Decreto-Lei nº 165/2001 de 23 de Maio. *Diário da República*, nº 119 I Série – A. Conselho de Ministros.

Decreto-Lei nº 241/2012 de 6 de Novembro. *Diário da República*, nº 214 I Série. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Lisboa.

Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2008). *Proposta de projeto de decreto regulamentar que estabelece conceitos técnicos a utilizar nos instrumentos de gestão territorial*.

DIAS, M.S.; JÚNIOR, M.E. (2017). O Espaço Público e o Lúdico como Estratégias de Planeamento Urbano Humano em: Copenhaga, Barcelona, Medellin e Curitiba. *Cad. Metrop.* nº 39, v.19, São Paulo, pp 635-663.

FERNANDES, A. C.T.D. (2012) *Metodologias de Avaliação da Qualidade dos Espaços Públicos*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Porto, pp. 191.

FERREIRA, A.M. (1996). World Expos: O que vale um tema. In VILLALOBOS, B; CASTRO, A. (orgs). *Lisboa Expo 98: Architecture*. Lisboa: Editorial Blau, LDA. pp. 9-11.

FERREIRA, V.M.; INDOVINA, F. (eds) (1999) *A cidade da Expo 98: uma reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?* Lisboa: Editorial Bizâncio.

FERREIRA, V.M. (1999). E depois da Expo 98, a cidade à beira mar plantada? In FERREIRA, V.M.; INDOVINA, F. *A cidade da Expo 98: uma reconversão na Frente Ribeirinha de Lisboa?* Lisboa: Editorial Bizâncio pp. 313-327.

FERREIRA, C. (2006). *A Expo 98 e os imaginários de Portugal contemporâneo: cultura, celebração e políticas de representação*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 757.

FIDALGO, A.V. (2012). *As Parcerias para a Regeneração Urbana – Uma análise comparativa*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, pp. 153.

FIGUEIRA, J. (2012). A Expo 98 de Lisboa: Projeto e Legado. *Arqtexto*, nº16, Brasil: UFRGS. pp. 152-163. Disponível:
https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_16/07_JF.pdf
[consultado em Novembro de 2017].

FRANCISCO, M. (2005) Espaço Público Urbano: Oportunidade da Identidade Urbana Participada. In *X Colóquio Ibérico de Geografia*. Évora: Associação Portuguesa de Geógrafos, pp. 1-16.

FRANK, M. (2000). Análise geográfica para a implantação do Parque Municipal de Niterói, Canoas- RS. In *Ambiente e lugar no urbano: a grande Porto Alegre. Porto Alegre*: Editora da Universidade. Brasil.

FREY, K. (2000). Governança electrónica: experiências de cidades europeias e algumas lições para países em desenvolvimento. In EISENBERG, J; CEPIK, M. (orgs) *Internet e política: teoria e prática da democracia electrónica*. Belo Horizonte: Editora UFMG. Pp. 141-163.

FREY, K (2003). Governança urbana e redes sociais: o potencial das novas tecnologias de informação e comunicação. In *Encontro Anual de ANPAD*. Antibaia: ANPAD, nº27.

GÓMEZ, J. (2000). *Calidad de vida y modelo de ciudad*. Madrid. Instituto Juan de Herrera

GUIMARÃES, F.J. (2006). *Cidade Portuária, o Porto e as suas constantes mutações*. Lisboa: Núcleo de Comunicação e de Assessoria Mediática. Parque Expo 98.

HIRST, P (2000) Democracy and governance. In PIERRE, J. (ed). *Debating governance: authority, steering and democracy*. New York: Oxford University Press. pp. 13-35.

KUA, H. (2011). *Adressing a missing elemento in the Toledo declaration with industrial ecology*. Department of Building School of Design and Environment. Singapore: University of Singapore.

Lei nº 56/2012 de 8 de Novembro. *Diário da República, nº216 – I série*. Assembleia da República.

MACHADO, A. (2002). O Modelo de Gestão Urbana no Parque das Nações: Singularidade de um Projeto no Espaço Territorial Português. In BRITO, L.G. (ed). *Gestão Urbana*. Lisboa: Parque Expo 98, SA. pp. 274-282.

MACHADO, A. (2006). *Os Espaços Públicos da Exposição do Mundo Português e da Expo 98*. Lisboa: Parque Expo 98.

MACHADO, L. (2010). *Índice de Mobilidade Sustentável para Avaliar a Qualidade de Vida Urbana. Estudo de Caso: Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA*. Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal de Rio Grande do Sul.

MANSILLA, S.L. (2001). Diferenciación sócio-espacial em San Miguel de Tucumán. El paisaje urbana como indicador de calidad de vida. *In Anais 8ª EGAL* (CD-ROM). Santiago, Chile.

MARQUES, J.; FIGUEIREDO, E. (2008). *VI Congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: saberes e práticas*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

MORA, M. (2009). Indicadores de Calidad de Espacios Públicos Urbanos, para la vida ciudadana, en Ciudades Intermedias. Los públes americanos: câmbios y continuidades. La construcción de la prôrio en un mundo globalizade. *In 53º Congresso Internacional de Americanistas. Cidade do México*.

MUIR, J. (2003). *The representation of local: interests in área-based urban regeneration programmes*. Paper for Housing Studies Association Conference. University of Bristol.

NAHAS, M.I.P. (2009). Indicadores intra-urbanos como instrumentos de gestão de qualidade da vida urbana em grandes cidades: uma discussão teórico-metodológica. *In Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana. Discussões Teórico-Metodológicas*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil. pp. 123-175.

PADDINSON, R. SHARP, J. (2007). *Questioning The End of Public Space. Reclaiming Control of Local Banal Spaces*. Scottish Geographical Journal. Glasgow: Sage Publications, pp. 7-14.

PAPUDO, R.M. (2005). “Tipos de conflitos de gestão urbana existentes no distrito de Lisboa: os exemplos do Montijo e de Torres Vedras”. In *Actas do X Colóquio Ibérico de Geografia*. Évora: Universidade de Évora, pp 1-15.

Parque Expo 98, S.A. (s.d.) Reinventar o Território

PEDROSA, J.P.F.L. (2013). *Parque das Nações: Abordagem Precursora ao Desenho da Cidade Sustentável*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra. Coimbra, pp. 316.

PÉREZ ESCOLANO, V. (1996). Sevilha 92. Breve Visão Retrospectiva. In VILLALOBOS, B., CASTRO, A. (ogs). *Lisboa Expo 98: arquitetura Lisboa*. Editorial Blau, LDA. pp. 17-18.

PORTAS, N. (1999). O pós-expo e o resto à volta. In FERREIRA, V.M.; INDOVINA, F. (eds). *A cidade da Expo 98: uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa?* Lisboa: Editorial Bizâncio. pp. 184-198.

PORTER, L.; SHAW, K. (2009). Whose Urban Renaissance? An international comparison of urban regeneration strategies. Routledge: London, pp.241-252

PROJECT for PUBLIC SPACES, MADDEN, K.; WILEY – SCHWARTZ, A. (2002). *How to Turn a Place Around: a handbook for creating successful public spaces*. Project public spaces, Inc. New York.

PURDUE, D.; RAZZAQUE, K.; HAMBLETON, R, and STEWART, M. with HUXHAM, C., and VANGEN, S. (2000). *Community Leadership in Area Regeneration*. The Policy Press.

PUTNAM, R. (2001). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster, First Touchstone Edition.

QUEIROZ, M.; VALE, M. (2005). Ambiente Urbano e Intervenção Pública: O Programa Pólis. In *Actas do X Colóquio Ibérico de Geografia*, pp.1-16

RAPOSO, I.; BÒGÚS, L. PASTERNAK, S. (2010). *Da Irregularidade Fundiária Urbana à Regularização: Análise Comparativa Portugal-Brasil*. São Paulo: EDUC.

REZENDE, D.A.; FREY, K. (2005). Administração Estratégica e Governança Eletrônica na Gestão Urbana. *eGesta-Revista Eletrônica de Gestão de Negócios.*, v.1, nº1, pp. 51-59.

RHODES, R.A.W (2000). Governance and public administration. In PIERRE, J. (ed). *Debating governance: authority, steering and democracy*. New York: Oxford University Press, pp. 54-90.

ROBERTS, P.W; SYKES, H. (2000). *Urban Regeneration: a handbook*. London: Sage Publications.

RODRIGUES, D. (2008). *Sistemas de informação para a avaliação e monitorização da qualidade de vida em campi universitários*: Dissertação de Doutoramento. Escola de Engenharia da Universidade do Minho, Guimarães, p. 19.

ROGGERO, M.A.; LUCHIARI, A, (2012). Qualidade ambiental urbana x Qualidade de vida urbana. São Paulo, Universidade de São Paulo. pp. 1-9.

ROSA,L.V. (1998). A Urbanização da Zona de Intervenção. In VILLALOBOS,B; CASTRO,A. (org). *Lisboa Expo 98*. Arquitetura Lisboa: Editorial Blau, Lda. pp. 27-52

SALGUEIRO, T.B. (2002). Cidade, Território de Mudança. In BRITO, L.G. (ed). *Gestão Urbana*. Lisboa: Parque Expo 98, SA. pp 22-33.

SALGUEIRO, F.M. (2011). *Cidade e Utopia: reconstrução da zona oriental de Lisboa – O projeto do Parque das Nações*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, p. 104.

SANTOS, L.D., MARTINS, I. (2002). *A qualidade de vida urbana – o caso da cidade do Porto*. Trabalhos de Investigação, working papers da FEP, Faculdade de Economia da Universidade do Porto, Porto, p. 25.

SAT, C. (1998). A Exposição Mundial de 1998. In VILLALOBOS,B;CASTRO,A. (orgs) *Lisboa Expo 98*. Arquitetura Lisboa: Editorial Blau, Lda. pp. 13-15.

SCHERER – WARREN, I. (1999). *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. Rio de Janeiro: Hucitec.

SCHMIDT, L.; SEIXAS, J; BAIXINHO, A. (2014). *Governança de proximidade: as juntas de freguesia de Lisboa*. Lisboa: INCM

SERDOURA, F.M.C. (2006), *A Gestão Urbanística como Instrumento de Promoção do Crescimento Sustentado e de Coesão Territorial e Social: O Caso da Moita*. *ArtiTextos*, nº3, pp. 189-194.

SOARES, A.J.S. (1998). A Expo 98 e o Retorno de Lisboa ao Rio. In VILLALOBOS,B;CASTRO, A. (eds). *Lisboa Expo 98*. Arquitetura Lisboa: Editorial Blau, Lda. pp. 21-24.

SOARES, A.M.C.; LOPES, R.T. (s.d.). *A gestão urbana em busca de um ambiente sustentável*. pp. 1-14.

SOARES, N.P. (2010). Regeneração Urbana: A Banalização de mais um (RE). *In Atas do 16º Congresso da APDR*. Funchal: Universidade da Madeira, pp. 1487-1496.

SOUSA, J. CASANOVA,J. PEDROSO, P. et, al. (2007). *Mais Qualidade de Vida para as Pessoas com Deficiências e Incapacidades. Uma estratégia para Portugal*. Centro de Reabilitação Profissional de Gaia.Vila Nova de Gaia. Portugal.

VILLALOBOS,B; CASTRO, A. (1998). *Lisboa Expo 98*. Arquitetura Lisboa: Editorial Blau, Lda.

WOLFENBERG, W. (1994). The Growing Threat to the Lives of Handicapped People in the Context of Modernistic Values.

Hiperligações da Web Consultadas

Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações [Consultado a 28 de Novembro de 2017]

Disponível em: <http://amcpn.pt/>

Junta de Freguesia do Parque das Nações [Consultado a 5 de Novembro de 2017]

Disponível em: <https://www.jf-parquedasnacoes.pt/>

Parque das Nações, uma freguesia [Consultado a 10 de Novembro de 2017]

Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/872409949512171/>

Pela Qualidade Urbana no Parque das Nações [Consultado a 10 de Novembro de 2017]

Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/QualidadeUrbanaPN/>

Vigilantes do Parque das Nações [Consultado a 10 de Novembro de 2017]

Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1493622384186407/>


Anexos

Anexo I



Estado das Intervenções

1) Acessibilidades

Designação/Empreitada	Descrição	Situação Atual	Fotos
Rua das Galés	Conservação e manutenção de pavimentos	Concluída	
Rua Comandante Cousteau	Conservação e manutenção de pavimentos	Concluída	

Passeio Heróis do Mar	Manutenção de infraestruturas e vias públicas	Em execução	
-----------------------	---	-------------	--

2) Passadiços




Designação/Empreitada	Descrição	Situação Atual	Fotos
Passadiços do Rossio dos Olivais	As bombas e o espelho de água foram intervencionados e efetuou-se a substituição dos passadiços de madeira	Concluída	
Jardins Garcia da Horta, lote 2, jardim oriental	Obras de conservação e manutenção dos madeiramentos	Concluída	





Alameda dos Oceanos (zona norte)	Substituição dos passadiços de madeira	Concluída	
Alameda dos Oceanos (zona Sul)	Substituição dos passadiços de madeira	Concluída	
Rua Amudsen (contígua ao Rio Trancão)	Retirada do deck de madeira e substituição do betuminoso	Sem Intervenção	
Doca dos Olivais (junto ao Oceanário)	Substituição do passadiço de madeira	Concluída	

Jardins de Água – Passeio do Neptuno	Trabalhos de conservação e de manutenção dos passadiços de madeira	Concluída	
Skate Park no Parque Tejo	Substituição dos passadiços de madeira	Sem Intervenção	


3) Requalificação do Espaço Público

Designação/Empreitada	Descrição	Situação Atual	Fotos
<i>Grafitis</i> nos pilares da Ponte Vasco da Gama	Nos pilares da ponte houve uma intervenção de arte urbana e até ao momento ainda não foi realizada nenhum tipo de limpeza	Sem Intervenção	

Falta de iluminação no Parque Tejo na zona da Ponte Vasco da Gama	Alguns candeeiros situados nesta zona precisam de ser substituídos, uma vez que se encontram danificados	Sem Intervenção	
Obra de arte em formato triangular oferecida pela Embaixada do Japão	Algumas peças que constituem esta obra de arte e a sua respetiva sinalética desapareceram	Sem Intervenção	
Entrada norte do Parque Tejo	Os pilaretes caíram e os carros entram e estacionam à noite em local indevido	Sem Intervenção	
Casas de banho do Parque Tejo	Foram realizadas obras de manutenção e de conservação encontrando-se neste momento abertas	Concluída	

Ponto de situação da manutenção do Passeio do Trancão	Não houve desenvolvimentos até à data	Sem Intervenção	
Árvores caídas no talhão mesmo ao lado da Torre Vasco da Gama e em frente ao centro de congressos	As respetivas árvores foram recolhidas, encontrando-se neste momento o jardim em bom estado de conservação	Concluída	
No Jardim Garcia da Horta o terceiro talhão encontra-se abandonado	Não houve desenvolvimentos até à data. Encontra-se em mau estado de conservação por falta de manutenção	Sem Intervenção	
Jardim da Música	Jardim em bom estado de conservação	Concluída	

Bandeiras no Rossio dos Olivais	Encontram-se em muito mau estado de conservação	Sem Intervenção	
Vulcões de água na Alameda dos Oceanos	Alguns destes vulcões embora estejam a funcionar não fazem o efeito de onda para o qual foram concebidos	Sem Intervenção	
Painéis de publicidade ao lado do casino	Estão abandonados e sem o respetivo uso	Sem Intervenção	
Árvores secas na Alameda dos Oceanos	Nesta situação muitas encontram-se mesmo mortas, o que demonstra bem a falta de manutenção por parte da entidade responsável pelo parque	Sem Intervenção	

Pilaretes na Alameda dos Oceanos	Alguns dos pilaretes encontram-se derrubados e ainda não houve nenhum tipo de intervenção	Sem Intervenção	
Jardins Suspensos abandonados	Não houve desenvolvimentos até à data, encontram-se em mau estado de conservação por falta de manutenção	Sem Intervenção	
Jardim do Cabeço das Rolas em mau estado de conservação	Não houve nenhum desenvolvimento também até à data, encontrando-se em mau estado de conservação	Sem Intervenção	

Anexo II

Entrevista ao Técnico Paulo Garcia da Junta de Freguesia do Parque das Nações

1. No âmbito do período temporal em análise (fase de transição da Parque Expo para o Município de Lisboa) o que mudou em termos de funções e competências para esta entidade pública?
2. Sendo os problemas urbanos, o tema principal deste relatório de estágio, quais são na vossa opinião os problemas urbanos que existiram durante o período de gestão concretizada pela “Parque Expo” e os problemas urbanos que surgiram após a transição para a Junta até à atualidade?
3. Na vossa opinião, como avaliam o papel assumido pela empresa “Parque Expo” enquanto entidade gestora do território em questão antes do referido processo de transição. Quais os aspetos positivos e negativos que podem retirar da mesma?
4. No que respeita ao orçamento direcionado para a gestão do território, quais as áreas para onde têm sido canalizados os investimentos públicos (ex. espaços verdes, saneamento, iluminação, mobiliário urbano, arruamentos, etc). Se possível, destaque alguns projetos já concretizados e outros que estão em fase de implementação?
5. Quais as principais dificuldades encontradas após a gestão deste território ter sido transferida para a Junta de Freguesia do Parque das Nações?
6. Em relação aos problemas urbanos existentes, quais já foram objeto de intervenção para reduzir os seus impactos negativos para o território?

7. No que respeita ainda aos problemas urbanos, quais os desafios que as entidades responsáveis pela gestão do território têm que enfrentar atualmente?
8. Enquanto Junta de Freguesia do Parque das Nações, qual poderá ser o caminho a seguir no futuro para resolver os problemas urbanos existentes? Qual será a vossa visão estratégica para resolver estes mesmos problemas? Quais as propostas e medidas que se poderá implementar.

Anexo III

Entrevista ao Presidente da Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações

1. O que é a Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações? Em que ano foi fundada, os objetivos da mesma e qual o seu papel no território em questão?
2. No âmbito do período temporal em análise (fase de transição da Parque Expo para o Município de Lisboa) o que mudou em termos de funções e competências e qual o vosso papel enquanto entidade representante dos moradores do Parque das Nações?
3. Sendo os problemas urbanos, o tema principal deste relatório de estágio, quais são na vossa opinião os problemas urbanos que existiram durante o período de gestão concretizada pela “Parque Expo” e os problemas urbanos que surgiram após a transição para o Município de Lisboa (Junta de Freguesia) até à atualidade?
4. No âmbito dos problemas urbanos, qual o papel da Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações pode ou poderá desempenhar, na tentativa de resolver este tipo de problemas?

5. Na vossa opinião, como avaliam o papel assumido pela empresa “Parque Expo” enquanto entidade gestora do território em questão antes do referido processo de transição. Quais os aspetos positivos e negativos que podem retirar da mesma?
6. No âmbito da questão anterior, quais os problemas urbanos que foram alvo de intervenção para posterior resolução? E quais os problemas urbanos que ainda ficaram por resolver?
7. Após a fase de transição da gestão do território para o Município de Lisboa (Junta de Freguesia), como avalia o trabalho desempenhado por esta entidade pública em relação aos problemas urbanos existentes até à atualidade?
8. Na vossa opinião, qual deve ser o papel assumido pelo Município de Lisboa (Junta de Freguesia), na tentativa de solucionar os problemas urbanos existentes no território do Parque das Nações?
9. No que respeita ainda aos problemas urbanos, quais os desafios que as entidades responsáveis pela gestão do território têm que enfrentar atualmente?
10. Enquanto entidade representante dos residentes do Parque das Nações, qual poderá ser o caminho a seguir no futuro para resolver os problemas urbanos existentes? Qual será a vossa visão estratégica para resolver estes mesmos problemas? Quais as propostas e medidas que se poderá implementar.

Anexo IV

Entrevista ao administrador do grupo de Facebook “Pela Qualidade Urbana no Parque das Nações”

1. Sendo os problemas urbanos, o tema principal deste relatório de estágio, quais são na sua opinião os problemas urbanos que existiram durante o período de gestão da Parque Expo e os problemas urbanos que surgiram após a transição para o Município de Lisboa (Junta de Freguesia) até à atualidade?
2. Na sua opinião, como avalia o papel assumido pela empresa Parque Expo enquanto entidade gestora do território em questão antes do referido processo de transição. Quais os aspetos positivos e negativos que pode retirar da mesma?
3. No âmbito da questão anterior, quais os problemas urbanos que foram alvo de intervenção para posterior resolução? E quais os problemas urbanos que ainda ficaram por resolver?
4. Após a fase de transição da gestão do território para o Município de Lisboa (Junta de Freguesia), como avalia o trabalho desempenhado por esta entidade pública em relação aos problemas urbanos existentes até à atualidade?
5. Em relação aos problemas urbanos existentes, quais já foram objeto de intervenção para reduzir os seus impactos negativos para o território?
6. Na sua opinião, qual deve ser o papel assumido pelo Município de Lisboa (Junta de Freguesia), na tentativa de solucionar os problemas urbanos existentes no território do Parque das Nações?

